

Economia em Debate

nº 271

(19/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Greve, dólar caro e petróleo em alta frustram planos de retomada de aéreas

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

O ano de 2018 começou prometendo ser o da retomada do setor aéreo. Após três anos de desempenho pífio, as companhias projetavam uma consolidação da demanda e, conseqüentemente, de seus resultados financeiros. A greve dos caminhoneiros, a debilidade da atividade econômica e as altas do petróleo e do dólar, porém, frustraram as expectativas das empresas, que já consideram a possibilidade de rever suas metas.

Só a greve resultou no cancelamento de 430 voos e num prejuízo estimado em pelo menos R\$ 135 milhões para as companhias – a Avianca não divulgou números de perdas financeiras. A Azul e a Latam, que concentram grande parte de seus voos nos aeroportos do Nordeste e do Centro-Oeste, foram as mais prejudicadas pela paralisação dos motoristas de caminhão, e terão, cada uma, um impacto negativo de cerca de R\$ 50 milhões em seus balanços.

“A greve foi uma bomba”, disse o presidente da Latam no Brasil, Jerome Cadier. “O prejuízo é difícil de calcular. Conseguimos contabilizar quanto de combustível a mais um avião teve de carregar, mas quanto deixamos de vender é quase incalculável”, acrescentou.

Tanto a Latam como a Avianca registraram um recuo de 20% a 30% nas vendas durante a paralisação e, segundo seus executivos, elas ainda não voltaram ao patamar anterior. “Antes da greve, o aumento da demanda não era muito forte, mas vinha constante”, disse Frederico Pedreira, presidente da Avianca.

Se do lado da demanda, o movimento dos caminhoneiros degingolou o desempenho do setor, do lado das despesas, petróleo e dólar pressionam ainda mais a situação – 60% dos custos das companhias são na moeda americana. A Avianca, por exemplo, havia feito seu planejamento anual considerando que o dólar ficaria, em média, em R\$3,30 no ano. Agora, já considera R\$ 3,50. “Estávamos crescendo 12% (em demanda) na comparação com 2017. Se vamos conseguir manter isso, vai depender da situação do dólar”, disse Pedreira.

O presidente da Azul, John Rodgerson, admite que a alta dos custos deverá ser repassada

ao consumidor, e uma passagem mais cara significa menos demanda. Para este ano, a empresa previa um aumento na oferta de assentos em voos de 17% a 20% na comparação com 2017. Agora, aposta que esse número

ficará “mais perto de 17%”. “Há quatro meses, achávamos que o ano seria incrível. A receita e a demanda ainda são maiores que no ano passado, mas o cenário mudou”, disse Rodgerson.

Cadier, da Latam, afirma que a empresa ainda “não tomou” a decisão de crescer menos neste ano, mas destaca que a demanda vai cair naturalmente conforme a pressão dos custos for repassada ao cliente. “Estou menos otimista. A chance de rever o plano de crescimento aumentou muito depois da greve.” O executivo lembra que o setor aéreo costuma crescer de duas a três vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB). No começo do ano, com os economistas apostando em uma alta de 3% no PIB, as estimativas para o setor chegavam a 9%. Agora, no entanto, caem para 5,3%, na melhor das hipóteses.

O especialista no setor aéreo André Castellini, sócio da consultoria Bain & Company, diz que o cenário é de tempestade perfeita para as empresas, apesar de ainda haver um movimento no segmento corporativo impulsionando a demanda.

Com PIB baixo e incertezas, indústria corta investimento

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

A greve dos caminhoneiros, a incerteza eleitoral e as turbulências externas – que contribuíram para a disparada do dólar – derrubaram as projeções de crescimento do PIB para o ano e estão fazendo com que empresários do setor industrial suspendam investimentos. A taxa de ociosidade é de 25% a 30% nas fábricas. Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que, em março, a expectativa, com base na consulta a 442 empresas, era de que seria investido 1,2% mais do que em 2017. Agora, a estimativa é de queda de 0,4%. O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria do segundo trimestre – apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV com cerca de 700 empresas em abril e maio – caiu 7,6 pontos ante o primeiro trimestre. O resultado é quase igual ao do fim de 2017 e está abaixo da média registrada antes da recessão de 2014.

A constatação de que a economia deve crescer menos do que o esperado fez os empresários da indústria cortarem investimentos previstos para este ano. A greve dos caminhoneiros, que tirou quase 15 dias de faturamento das empresas, ampliou as incertezas no mercado interno, que já embutiam o risco eleitoral. As pressões externas, que culminaram com a alta do dólar, também aumentaram as preocupações do setor.

Duas pesquisas revelam que, nas últimas semanas, os empresários ficaram receosos em prosseguir com investimentos que levassem a aumento de produção, diante de uma ociosidade entre 25% e 30% nas fábricas. Na semana passada, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cortou a projeção de investimento do setor para este ano. Em março, a expectativa, baseada na consulta a 442 empresas, era de que seria investido 1,2% mais do que em 2017. Agora, a estimativa é de queda de 0,4% ou R\$ 503 milhões a menos. Com isso, o aporte total deve ser de R\$ 117,3 bilhões. “O grande

problema foi a redução da projeção do PIB e a greve”, afirma o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

Outra pesquisa mostra que os empresários da indústria começaram a segurar os investimentos antes mesmo da greve. O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria do segundo trimestre, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV com cerca de 700 empresas em abril e maio, caiu 7,6 pontos em relação ao primeiro trimestre. O resultado é quase o mesmo do fim de 2017 e está abaixo da média registrada antes da recessão de 2014. “É um sinal preocupante porque 95% das indústrias foram consultadas antes da greve, que adicionou mais incertezas”, diz o superintendente de Estatísticas Públicas da FGV/Ibre, Aloisio Campelo Jr.. Se a apuração tivesse ocorrido na época da greve, ele acredita que o resultado seria pior.

Efeitos. A retração de aportes da indústria afeta o investimento total da economia. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta para este ano aumento de 4,5% da Formação Bruta de Capital Fixo, que mede o investimento. Seria o primeiro avanço desde 2013. Segundo o diretor do Ipea, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diante das incertezas, a alta deverá ser menor. “Os efeitos de se investir menos são perda de renda e de crescimento do PIB e a redução na capacidade de produção”, diz Souza Júnior. Além disso, acrescenta Roriz Coelho, sem investimento em modernização, a produtividade cai e o País fica ainda mais distante de competidores globais.

Para o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Rafael Cagnin, investimento em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, deveria ser contínuo, e interrompê-lo significa que talvez não possa ser resgatado. Segundo ele, grandes investimentos estão fora do radar e a retomada só deve ocorrer após a eleição.

A oportuna liberação do PIS/Pasep

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Com o desaquecimento da demanda nos últimos meses em razão do desemprego ainda muito elevado e de incertezas agravadas pela greve dos caminhoneiros, o presidente Michel Temer sancionou a Medida Provisória aprovada pelo Congresso em maio, que estabeleceu um sistema escalonado para liberação de recursos do PIS/Pasep para trabalhadores de todas as idades, dos setores público e privado, benefício antes limitado àqueles com 60 anos ou mais. Prevê-se que o total a ser liberado para todas as faixas de idade atinja R\$ 34,3 bilhões, beneficiando mais de 25 milhões de pessoas. O Ministério do Planejamento calcula que o “impacto potencial” da liberação seja de 0,55 ponto porcentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Ontem, a Caixa Econômica começou a pagar, com correção monetária, as contribuições dos assalariados do setor privado com 57 a 59 anos de idade. Caberá ao Banco do Brasil fazer o mesmo quanto aos funcionários do setor público. Pelo cronograma, os pagamentos serão suspensos entre 30 de junho e 7 de agosto para cálculo dos rendimentos atualizados do PIS/Pasep. Em 8 de

agosto, os valores devidos serão depositados nas contas de todos os cotistas e poderão ser livremente sacados até 29 de setembro. A partir de então, os saques voltarão a ser permitidos apenas para cotistas com idade a partir de 60 anos.

Embora o valor a ser injetado na economia seja algo inferior ao da liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2017, calculado em R\$ 44 bilhões, os saques do PIS/Pasep deverão também ter um efeito significativo sobre a demanda e podem representar um alívio para muitos desempregados. Deve-se observar, porém, que os valores serão mais substanciais para aqueles que mantêm ou mantiveram emprego formal por maior número de anos. Para muitos que estiveram empregados com carteira assinada, mas estão agora na informalidade, os valores a receber podem ser de pouca monta.

Como ocorreu com os saques do FGTS, os recursos agora colocados à disposição de milhões de trabalhadores podem vir a ser usados para pagar contas em atraso, ajudando a baixar o índice de inadimplência. Vale notar que recursos de trabalhadores falecidos também poderão ser sacados por seus herdeiros legais.

Greve de maio tirou fôlego do setor industrial

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Na virada do ano, o empresário Fernando Antonio Gomes Martins, dono de uma fábrica de parafusos, esperava investir R\$ 6 milhões no negócio em 2018. Ele já imaginava as dificuldades de um ano eleitoral, mas não previa tanta indefinição. “A greve dos caminhoneiros foi só a gota d’água, uma gotinha no maremoto que pode vir por aí”, diz. Com a realidade se mostrando bem diferente do que as previsões, ele decidiu cortar R\$ 2 milhões e antecipar as férias coletivas dos funcionários para adequar a produção à demanda menor.

A Continental Parafusos é uma indústria de médio porte que fornece para montadoras e fabricantes de eletrodomésticos. “Para alguns segmentos, a venda recuou 10% e não sei se vamos conseguir tirar a diferença”, diz. Da previsão inicial de R\$ 6 milhões, metade seria investida em máquinas e equipamentos para aumentar a capacidade e o restante em gestão e inovação. Agora, o aporte será de R\$ 4 milhões. Os R\$ 2 milhões que seriam para aumento da capacidade vão ser adiados. “Ficamos com investimentos em produtividade, eficiência energética e gestão.” Após ter perdido duas semanas de vendas com a greve, a empresa tem hoje uma ociosidade de 40%, o dobro em relação ao final de 2017. “O grande problema é a taxa de crescimento da economia, que não aumenta.”

Consenso. O problema enfrentado por Martins afeta a indústria em geral. “Como as empresas vão faturar menos e a ociosidade é maior, elas vão tirar o pé dos investimentos”, diz o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

No setor têxtil, por exemplo, a última sondagem, feita em abril e maio, mostrava que 80% das empresas tinham intenção de investir mais ou o equivalente ao ano passado, ou seja, de 4% a 5% do faturamento, diz Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. “Mas o humor piorou com a greve, o solavanco cambial e o risco de o País crescer menos”, diz ele.

No setor de calçados, que opera com 70% de sua capacidade instalada e emprega 288 mil pessoas, a maior parte dos investimentos contemplados são de reposição de equipamentos. “Investimentos em expansão e inovação na manufatura são casos isolados”, diz o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Heitor Klein.

“O investimento na indústria química está muito abaixo do necessário”, diz Fernando Figueiredo, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química. Serão R\$ 2,6 bilhões ante R\$ 3,8 bilhões em 2017. Na média, as cerca de 3 mil empresas usam 74% da capacidade.

A última pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre abril e maio, mostrava que 81% das empresas tinham intenção de investir neste ano, ante 67% em 2017 e 64% no ano anterior. Flávio Castelo Branco, gerente executivo de Políticas Econômicas, não sabe se o indicador será mantido na próxima consulta.

“O cenário mudou; os juros americanos aumentaram e isso bate no nosso câmbio”, diz. “Ainda tivemos a greve, que mostrou um ambiente político fraco para negociações e uma insegurança jurídica forte – ambiente que não favorece investimentos.” Para João Marchesan, da Abimaq, a falta de projetos terá reflexos no futuro. “O investimento de hoje é o crescimento de amanhã”.

Copom se reúne hoje sob pressão do câmbio

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

O Banco Central inicia hoje sua reunião de política monetária de dois dias em meio ao dilema de aumentar ou não os juros após a disparada do dólar. Pelas comunicações mais recentes da instituição, a tendência é de que a Selic (a taxa básica de juros) permaneça em 6,5% ao ano, mas o BC já deixou claro que sua decisão será tomada só na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que termina amanhã à noite.

O Projeções Broadcast consultou 49 instituições financeiras e todas esperam que o Copom – formado pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, e pelos oito diretores da instituição – mantenha a Selic no atual patamar, que é o menor nível da história.

O problema é que os preços dos ativos negociados no mercado financeiro sugerem que a decisão pode ser diferente. Na B3, a Bolsa de São Paulo, os contratos futuros de juros indicavam na tarde de ontem 41% de probabilidade

de o BC elevar a Selic em 0,25 ponto porcentual, para 6,75% ao ano, ante 59% de chance de manutenção em 6,5%.

As dúvidas em torno dos passos do BC estão ligadas ao avanço do dólar ante o real. No ano, até ontem, o dólar à vista teve alta de 12,83%, com a cotação saltando de R\$ 3,32 para R\$ 3,74. Do encontro anterior do Copom, em 16 de maio, até agora, a moeda americana subiu 1,78%.

O aumento do dólar é justificado em parte pelo cenário externo, onde a alta de juros nos EUA faz a moeda subir ante as demais divisas. Para piorar, há o mal-estar dos investidores com a corrida eleitoral, que tem na liderança das pesquisas nomes como os do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) e do ex-ministro Ciro Gomes (PDTCE). A visão é de que Bolsonaro e Ciro colocam em dúvida a continuidade das reformas econômicas.

Tabela de frete elevará custos em R\$ 53,2 bi, diz entidade

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Estimativas feitas por duas associações de produtores que respondem por 80% da comercialização de soja no País indicam que o impacto do tabelamento do frete na economia será de R\$ 53,2 bilhões, mais do que o País investe em infraestrutura por ano. Isso provocaria elevação de 0,92 ponto porcentual na taxa da inflação. Audiência preliminar sobre o caso está marcada para amanhã no STF.

A alta de custos com o tabelamento do frete será da ordem de R\$ 53,2 bilhões sobre o conjunto da economia, mais do que o País tem investido, por ano, em infraestrutura. Isso deve provocar uma elevação de 0,92 ponto porcentual na taxa de inflação e reduzir a massa salarial real em R\$ 20,7 bilhões.

As estimativas constam de petição da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) enviada ao Supremo Tribunal Federal. As duas entidades, que respondem por pelo menos 80% da comercialização de soja do País, pediram para entrar como parte interessada na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade movida pela Associação do Transporte Rodoviário do Brasil contra o tabelamento do frete.

O processo é relatado pelo ministro Luiz Fux, que marcou para amanhã uma audiência preliminar sobre o caso. Outras entidades, como a NTC Logística, a Associação Nacional para Difusão de Adubos e a Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga também pediram inclusão no processo. “O valor representa a receita que aumenta para os transportadores e caminhoneiros e que sai do resto da economia”, disse o presidente da Abiove, André Nassar.

Soja. Especificamente sobre o mercado de soja, a petição traz estimativas preliminares elaboradas pela Abiove, que apontam para perdas de US\$ 1,5 bilhão em apenas 15 dias. Desse valor, US\$ 800 milhões decorrem do aumento do custo de transporte e US\$ 675 milhões correspondem aos 225 milhões de litros de biodiesel que deixaram de ser produzidos no período.

A conta inclui ainda US\$ 18 milhões em custos financeiros pela perda de receitas. O gasto com multas e redirecionamento de navios por falta de carga custou US\$ 3 milhões no período. Projetadas para o ano, as perdas no setor de soja chegam a US\$ 11,8 bilhões.

Os dados constam de um estudo elaborado pelo professor Armando Castellar, da Fundação Getúlio Vargas.

As entidades argumentam que haverá alta de preço, com possível impacto sobre as famílias de menor renda, porque o tabelamento do frete inibe a concorrência. O custo adicional é repassado ao consumidor.

Essa mesma argumentação foi levantada pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nas manifestações que enviaram ao STF, a pedido de Fux. Em contrapartida, a Advocacia-Geral da União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres justificaram a adoção do tabelamento.

Livre concorrência. A julgar pelas argumentações já entregues, a discussão no STF tende a girar em torno do peso de determinados princípios constitucionais no caso dos caminhoneiros. As posições contrárias ao preço mínimo do frete argumentam que foram feridos os princípios da livre concorrência, entre outros. A defesa da medida usa o princípio da justiça social.

A opinião sobre esse embate de princípios levou a Fazenda a modificar sua manifestação enviada ao STF. Numa primeira versão, enviada na tarde de sexta-feira, a pasta afirmava que a MP 832, que regula o tema, “falhou” em proporcionar bem-estar social pretendido pelo governo. Uma segunda versão, enviada horas depois, dá um passo atrás e evita a conclusão.

Questionada, a Fazenda informou que o secretário de Promoção da Competitividade e Advocacia da Concorrência, João Manoel Pinho de Mello, “decidiu revisar a primeira versão e alterou a redação daquele artigo” e acrescentou que “não houve outra alteração”.

Desconto prometido no diesel ainda não chegou às bombas

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Após quase 20 dias do fim da greve dos caminhoneiros, o preço do óleo diesel se mantém em patamar elevado, acima do que planejou o governo quando concedeu subsídio aos consumidores. Ao fechar acordo com os grevistas, a

expectativa era que o litro do combustível ficasse R\$ 0,46 mais barato na bomba. Mas, até agora, isso não aconteceu. O desconto médio nos postos de gasolina no Brasil está limitado a R\$ 0,16, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que divulgou ontem a pesquisa relativa à semana passada.

Para fechar o acordo, o governo aceitou tirar R\$ 9,5 bilhões do seu caixa, dinheiro usado para compensar as refinarias da Petrobrás e importadores por não elevarem muito suas tabelas. Esse grupo de empresas, situado na ponta da cadeia produtiva, fornece o diesel para as distribuidoras que, em seguida, repassam o produto para os postos, após misturarem biocombustível a ele. Além dessa medida, o Congresso aprovou a desoneração do PIS e Cofins incidentes no diesel e, em alguns Estados, como no Rio de Janeiro, a alíquota de ICMS foi reduzida.

No fim das contas, a previsão é que mais de R\$ 13 bilhões de dinheiro público sejam gastos para baixar o preço aos consumidores e para que o acordo firmado com os caminhoneiros finalmente seja cumprido. Mas não é certo que isso aconteça, porque, como por lei distribuidoras e revendedores têm liberdade de definir seus preços, não há garantia de que o desconto atingirá os motoristas.

A greve dos caminhoneiros foi iniciada no dia 21 de maio, quando o preço do combustível disparou nos postos. Antes disso, o litro do diesel estava sendo negociado, em média, a R\$ 3,788 em todo o País. Com a intervenção do governo, chegou a R\$ 3,434 na semana passada. Para que o acordo firmado pelo presidente Michel Temer com os caminhoneiros seja considerado exitoso, com desconto total de R\$ 0,46 por litro na bomba, é preciso que o combustível não custe mais que R\$ 3,328.

Na cidade de São Paulo, a redução de preço foi maior do que a da média brasileira. Na capital paulista, o litro do diesel está R\$ 0,27 mais barato, sendo comercializado a R\$ 3,271.

Governo vai fiscalizar subsídios que devem somar R\$ 370 bilhões

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

O governo tem pronto decreto para exigir que cada programa de subsídio federal seja avaliado por um órgão responsável. Em 2018, o custo dos incentivos para as contas públicas está previsto em R\$ 370,8 bilhões. A maior parte não tem prazo para acabar. E, ao longo dos anos, não foi adotado nenhum tipo de monitoramento sobre sua eficiência.

No ano passado, os subsídios custaram 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) – o equivalente a R\$ 354,7 bilhões. O volume é tão grande que daria para zerar o rombo das contas públicas do ano passado e ainda gerar superávit de R\$ 230 bilhões.

O decreto prevê a formação de um comitê interministerial (com Fazenda, Planejamento e Casa Civil) para apontar os órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos programas subvencionados nos segmentos tributário, creditício ou financeiro.

Os órgãos apontados pelo comitê terão de preparar uma avaliação sobre a necessidade de continuidade ou extinção da política. Subsídio é a assistência que o governo dá, seja pelo lado das receitas ou das despesas, para reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor, como aconteceu com o “bolsa caminhoneiro”, desenhado para reduzir em R\$ 0,46 o litro do diesel nas bombas.

Para conceder esse subsídio, o governo cortou benefícios de outros setores, o que alimentou o debate sobre os gastos da União com incentivos.

A exigência de um responsável para cada programa foi feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia que essas subvenções são concedidas sem estudos para comprovar se os benefícios sociais ou econômicos justificam o programa, frente à perda de arrecadação.

“O gestor vai dizer para a sociedade se o subsídio está ou não está funcionando. Se vai ou não acabar, é uma decisão política”, disse ao Estadão/Broadcast Alexandre Manoel Angelo da Silva, secretário de Acompanhamento Fiscal e de Loterias do Ministério da Fazenda.

Para ele, é importante manter os esforços para aperfeiçoar a política de subsídios da União, com a reformulação dos programas, como ocorreu com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e implementar maior rigor na concessão dos gastos. Relatório da Fazenda mostra que os subsídios passaram de 3% para 6,7% do PIB entre 2003 e 2015. A partir daí, os gastos começaram a cair. Nos anos de 2016 e 2017, a queda chegou a 1,2 ponto porcentual.

Segundo Silva, o decreto está em fase final para ser publicado. A Escola de Administração Fazendária (Esaf) publicou edital chamando acadêmicos da área para fazerem as avaliações.

“É o primeiro passo para fazer alguma coisa”, afirmou Marcos Mendes, assessor especial do ministro da Fazenda que trabalhou na elaboração do subsídio ao diesel.

Um dos criadores da nova taxa de juros do BNDES, que teve como objetivo eliminar o subsídio implícito bancado pela União nos empréstimos do banco, o economista Vinicius Carrasco avalia que a iniciativa vai tornar mais difícil o lobby no Congresso por iniciativas que não deem o retorno esperado à sociedade.

“É difícil defender um subsídio, a despeito dos seus interesses, se você aprende que foi ineficaz, só gerou custos e não benefícios. Então, a discussão fica um pouco mais iluminada”, diz Carrasco, ex-diretor do BNDES e hoje professor na PUC-Rio.

“É difícil defender um subsídio, a despeito dos seus interesses, se você aprende que foi ineficaz, só gerou custos e não benefícios. Então, a discussão fica um pouco mais iluminada.” Vinicius Carrasco EX-DIRETOR DO BNDES E PROFESSOR DA PUC-RIO

Para Cade, tabela do frete contraria "interesse dos consumidores"

Valor Econômico - 19/06/2018

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal se colocando contra a proposta de tabelamento do preço do frete rodoviário, resultado de acordo entre governo e caminhoneiros após dez dias de paralisação.

"Existem muitas evidências de que o que está sendo proposto como tabelamento do preço do frete é claramente contrário ao interesse dos consumidores e dos próprios caminhoneiros, pois irá aumentar os preços dos bens finais no curto prazo e gerar graves distorções na dinâmica concorrencial do transporte rodoviário de cargas no médio e longo prazos", afirma o parecer assinado pelo presidente do Cade, Alexandre Barreto, pelo superintendente-geral do órgão, Alexandre Cordeiro, e pelo procurador da autarquia, Walter Agra.

Segundo documento, o "tabelamento de preços mínimos acaba gerando, ao final, o resultado semelhante ao de uma cartelização, ou seja, a uniformização dos preços de agentes que deveriam concorrer no mercado por meio da oferta de melhores serviços".

O parecer afirma que "embora seja a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a agência que regula o preço mínimo do frete, tem-se que o processo de fixação dos preços mínimos contará, de agora em diante, com a participação de diversos concorrentes do setor, aumentando, assim, preocupações de caráter concorrencial derivadas de tais tabelas mínimas de preço".

Para o Cade, "concorrentes sentando à mesa para debater custos setoriais comuns representa uma afronta ao princípio da livre concorrência, expresso na Constituição". O órgão reconhece que em determinadas situações, outros interesses da sociedade podem se sobrepor ao de livre concorrência, mas que esse não seria o caso nos fretes.

Em Assunção, onde participou de reunião de cúpula do Mercosul, o presidente Michel Temer disse ontem não acreditar que o acordo alcançado com os

caminhoneiros esteja ameaçado por causa da posição do Cade. Temer afirmou que a medida está sob análise da Justiça e que obedecerá ao que determinar o STF sobre o caso.

"Acho que [o parecer do Cade] não [atrapalha uma solução definitiva para a crise]" disse Temer. "Nós fizemos uma grande composição com os caminhoneiros. [...] Agora, se o Supremo decidir de outra maneira, evidentemente vamos obedecer ao Supremo."

Apostas em estabilidade da Selic ganham força no mercado

Valor Econômico - 19/06/2018

As apostas no mercado de juros começam a convergir para um cenário em que uma alta da taxa Selic não deve vir, pelo menos, na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) desta quarta-feira. As taxas futuras da B3 indicam 59% de chances de estabilidade do juro básico, a 6,50% ao ano, algo que parecia distante há algumas semanas quando se debateu, inclusive, um brusco aperto monetário.

Boa parte do alívio é atribuída ao comportamento do dólar que se afastou do patamar de R\$ 4 sob as contínuas intervenções do Banco Central. Foram injetados US\$ 39,6 bilhões em contratos de swap cambial no mercado desde meados de maio, mais que dobrando o estoque do derivativo, para US\$ 63,4 bilhões. E nesta semana, a estimativa do BC é ofertar um total de US\$ 10 bilhões nessas operações, que têm efeito similar à venda de dólar no mercado futuro.

Para o estrategista-chefe do banco Mizuho, Luciano Rostagno, o BC tem conseguido, mesmo que temporariamente, eliminar o movimento especulativo no câmbio. "A incerteza deve manter o dólar com tendência de alta, mas num ritmo bem mais gradual por causa da atuação do BC."

Ontem, a divisa americana fechou em leve ganho de 0,29%, a R\$ 3,7398. O avanço, entretanto, não é mais intenso do que se viu em outros mercados emergentes. E sem uma grande pressão vinda do câmbio, os juros futuros encontraram espaço para queda em quase todos os vencimentos. A taxa do contrato de juros DI para janeiro de 2019, que tem prazo mais curto, teve baixa de 14,5 pontos-base a 7,155%.

"Se a volatilidade continuar controlada, o mercado vai ver que não terá no curtíssimo prazo motivo para uma ação emergencial do BC na taxa de juros. Até sexta-feira víamos um processo de deterioração mais forte do cenário, mas agora observamos um alívio", explica João Fernandes, economista da Quantitas.

Essa trégua, inclusive, abre oportunidades para aplicações no mercado. O Itaú estava fora das taxas brasileiras desde abril de 2018 por causa do aumento

dos riscos locais e globais. "Agora, nós acreditamos que há uma oportunidade no início da curva porque o mercado precificou um ciclo de aperto [monetário], e o nosso cenário base é que o BC manterá a taxa de juros estável em 6,50% até o final deste ano", afirma a equipe do banco brasileiro.

A expectativa de 44 dos 45 economistas ouvidos pelo Valor é de manutenção da Selic em 6,5%, sendo que a maioria (40) não espera nenhuma mudança em 2018. O risco para um prazo um pouco mais longo, entretanto, ainda não foi apaziguado entre os investidores. As taxas dos DIs projetam aperto total de 2 pontos percentuais até o fim do ano.

O mercado acaba sofrendo pelas fragilidades de uma cena política e fiscal não resolvida. Tanto é que os ativos têm revelado elevada sensibilidade a relatos vindos de Brasília, o que pode se agravar com as futuras pesquisas de intenção de votos e a proximidade com a eleição.

Por causa dos riscos à frente, o banco Fibra não descarta uma elevação da taxa Selic ainda em 2018. A condição, entretanto, é uma depreciação cambial ou algum outro tipo de choque que seja forte o suficiente para afetar as expectativas para a inflação no horizonte relevante da política monetária do Banco Central.

"Acreditamos que o Copom poderá endurecer moderadamente seu discurso não descartando a possibilidade de elevação da taxa de juros ainda em 2018", dizem os especialistas da casa.

Brasil recua em ranking de competitividade digital

Valor Econômico - 19/06/2018

O Brasil caiu duas posições e ficou em 57º lugar entre 63 países no Índice Global de Competitividade Digital elaborado pelo IMD, escola de administração de Lausanne, na Suíça. Divulgado pela primeira vez em maio de 2017, o ranking quer avaliar em que medida um país adota e explora as tecnologias digitais, levando a transformação nas práticas governamentais, nos modelos de negócios e na sociedade em geral.

O IMD coloca os EUA em primeiro lugar, seguido de Cingapura, Suécia, Dinamarca e Suíça. Na América Latina, o Chile é o melhor colocado (37º). O ranking usa 50 indicadores divididos em três fatores: conhecimento (infraestrutura para intangíveis, aprendizado de novas tecnologias etc.); tecnologia (ambiente para desenvolvimento do digital, disponibilidade de capital para investimento) e preparação para o futuro (grau de adoção de digital no país).

O país ficou em 62ª posição em conhecimento, 55ª em tecnologia e 47ª em preparação futura para o ambiente digital. No ranking geral, enquanto a Argentina pulou de 57ª para 55ª, o Brasil faz o caminho inverso, de 55ª para 57ª.

No mês passado, pela primeira vez desde 2010 a economia brasileira melhorou no ranking global de competitividade geral do IMD. Subiu uma colocação e ficou em 60ª posição entre 63 países.

BNDES quer atrair PMEs com crédito automático

Valor Econômico - 19/06/2018

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está repensando seu sistema de concessão automática de empréstimos para a categoria de "serviços tecnológicos" como forma de tentar alcançar mais pequenas e médias empresas, informou ontem, no Rio, o superintendente da área de Indústria e Serviços da instituição, Júlio Ramundo.

"Estamos revendo o produto para reempacotá-lo e alcançar pequenas e médias empresas" disse o executivo após participar de um evento sobre Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês) na sede do banco.

No fim do ano passado, o BNDES lançou o edital de chamada pública do Fundo de Coinvestimento Anjo. Com um patrimônio estimado em R\$ 100 milhões, o fundo se destina a financiar startups brasileiras inovadoras. O banco vai igualar o valor aportado por um investidor-anjo (pessoas físicas que investem financeiramente em startups). "O mais importante é que a rodada subsequente [de investimento] vai poder ser feita nesse mesmo fundo", afirmou Ramundo.

Também presente ao evento sobre IoT, a diretora para a área de Empresas do BNDES, Claudia Prates, afirmou que não há escassez de empresas interessadas nesse tipo de recurso: "Não faltam projetos, o que falta é visibilidade", reconheceu a executiva.

Segundo Ramundo, o BNDES vai adaptar linhas de financiamento já existentes para financiar a difusão de tecnologias de Internet das Coisas. O executivo lembrou que o banco conta com R\$ 600 milhões, distribuídos por 15 fundos, para investimento em venture capital (capital de risco). Uma vez atingida uma determinada escala empresarial e desenvolvida a tecnologia, o BNDES pode disponibilizar montantes muito maiores como forma de difundir a inovação produzida pela startup.

"Temos todos os bilhões do BNDES para fazer a difusão", ressaltou o superintendente. O banco de fomento é o maior investidor institucional em venture capital (capital de risco) do país.

Até 31 de agosto, o BNDES receberá propostas de projetos-piloto na área de IoT dentro dos segmentos de saúde, cidades inteligentes e rural (agronegócio). Futuramente, será realizada uma chamada específica para o setor industrial, com foco na modernização das fábricas. O banco destinou cerca de R\$ 20 milhões em fundos não reembolsáveis para financiar até 50% de cada projeto-piloto.

Ramundo salientou a importância de o país adotar uma política de longo prazo para o desenvolvimento de produtos e serviços relacionados à Internet das Coisas. Estudo do McKinsey Global Institute estimou que o impacto anual das tecnologias de IoT sobre a economia brasileira pode atingir a casa de US\$ 200 bilhões em 2025.

Estudo sugere etapas para mercado de carbono no país

Valor Econômico - 19/06/2018

A criação de um mercado de carbono no Brasil, proposta que vem sendo estudada pelo Ministério da Fazenda há alguns anos, tem que ser um processo gradual com fase inicial de compromisso de cinco anos, licenças gratuitas no início e preço de equilíbrio não maior que US\$ 10 por tonelada de CO₂. Deve levar em consideração a competitividade de setores mais expostos ao mercado internacional e a possibilidade de compensar emissões de gases-estufa preservando florestas.

Essas recomendações fazem parte do estudo "Precificação do Carbono na Indústria: Uma Iniciativa Estratégica", do professor Ronaldo Seroa da Motta, do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Uma lei para regulamentar o mercado deve instituir uma estrutura de governança com regras claras, estáveis, transparentes e muita participação do setor privado.

"Se uma política sobre mudanças climáticas exige uma meta de redução dos gases de efeito estufa, tal política terá que optar por adotar instrumentos de controle ou instrumentos de preço", lê-se no início da proposta encomendada a Seroa da Motta por Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), entidade que reúne mais de 50 grandes indústrias e bancos como Unilever, Vestas, Vale, Santander, Nestlé, Natura, CocaCola, Eletrobras e outras.

A proposta de criação de um mecanismo que dê preço ao carbono no Brasil é defendida por CEOs de grandes empresas. Mais de 25 deles, representando um universo de 400 empresas - que dizem representar 90% do capital transacionado em bolsa no país - editaram uma carta aberta, em novembro, pedindo medidas nesse sentido. "O custo de uma ação tardia é desproporcionalmente superior ao custo de se tratar esse desafio preventivamente", dizem os empresários, na carta.

Há dois caminhos adotados por muitos países para dar preço ao carbono - através de um imposto ou da criação de um mercado que negocie licenças de emissão. Hoje 51 governos nacionais e subnacionais já adotam a precificação de carbono, como a China, o Canadá e a União Europeia. Desses, 25 adotaram mercados de carbono e 26 criaram tributos.

O mercado de carbono da China deve entrar em operação em 2019 e será o maior do mundo. O europeu, criado em 2005 e englobando os 28 países da União Europeia mais Liechtenstein, Islândia e Noruega, é o mais antigo. México, Peru, Argentina e Chile adotaram a tributação do carbono.

As duas formas de precificação cobrem 25% das emissões mundiais com valor anual de US\$ 82 bilhões, diz o estudo. No caso brasileiro, embora a criação de um tributo seja mais rápida e fácil, cria aversão no empresariado.

"Não é que mercado é melhor que tributo", diz Seroa da Motta. "Mercado tem mais participação do setor privado", continua. O estudo será debatido hoje durante evento em São Paulo. Trata-se do quarto seminário sobre temas climáticos e cenários de futuros sustentável da parceria entre a Embaixada da Alemanha no Brasil e o Instituto Clima e Sociedade (iCS).

"Os empresários querem estar preparados para o momento em que se precificar carbono", diz Seroa da Motta, que participa de projetos patrocinados pelo Banco Mundial para estudar a viabilidade de precificação de carbono e ajudar na transição para economias de baixo carbono.

"Cria-se uma dinâmica de negócios", diz, lembrando que na esteira do esforço de cortar emissões surgem empresas de tecnologia, outras que trabalham com monitoramento de emissões ou contabilidade, movimento que interessa ao mercado financeiro.

"Não precisamos inventar a roda. É só aprender com a experiência europeia", diz. Na fase experimental, todos os anos as regras poderiam ser modificadas. A meta inicial deveria ser pequena e gradualmente reajustada. Empresas com custo de controle alto deveriam receber direitos gratuitos no começo. A compensação de emissões pela preservação de florestas pode ser parte do esforço de cortar gases-estufa, segue o estudo.

"Com a precificação cria-se motivação financeira para que empresas e consumidores reduzam emissões com trajetória de menor custo para a economia", diz Marina Grossi, em nota à imprensa. "A ideia é que a velha economia seja o agente financiador da que privilegia o baixo carbono." O estudo será entregue ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em julho.

Novo presidente quer 'governança privada' no INSS

Valor Econômico - 19/06/2018

O novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Edison Garcia, assumiu o cargo com a promessa de implementar no órgão regras praticadas no mercado financeiro, como criação de comitê de governança e avaliação de riscos, para melhorar a transparência e buscar o ganho de eficiência no atendimento ao segurado.

Em entrevista ao Valor, ele disse que vai criar nos próximos dias uma comissão de ética para orientar sobre a conduta dos servidores públicos durante, por

exemplo, o processo eleitoral. Além disso, vai licitar o serviço de pagamento de benefícios de quem vive no exterior, que sempre foi oferecido pelo Banco do Brasil. "Vamos fazer uma renegociação dos contratos em geral", disse.

Garcia ainda mostrou preocupação com a necessidade de realização de concursos para compensar um número expressivo de servidores que devem solicitar a aposentadoria no próximo ano. Com a forte restrição nas contas públicas, o governo tem tentado evitar medidas que impliquem em aumento das despesas.

Segundo Garcia, na última greve a categoria, em 2016, os trabalhadores fizeram um acordo que garantiu a incorporação gradual de gratificação paga por desempenho na aposentadoria. Isso fez com que muitos trabalhadores adiassem o pedido porque em janeiro de 2019 poderão pegar o valor integral.

Em janeiro do ano que vem, 55% dos 33 mil servidores públicos do INSS ou cerca de 18 mil trabalhadores estarão aptos a solicitar o benefício previdenciário com a incorporação integral dessa gratificações. "É uma situação alarmante", disse. Ele revela que o problema já foi levado ao Ministério do Planejamento.

Na avaliação de Garcia, a estratégia do INSS de oferecer serviços online ajuda a reduzir a necessidade de funcionários, porém, o efeito não é imediato. Ele aumenta gradualmente com o tempo. Por enquanto, o resultado não é suficiente para compensar tantos servidores se aposentando, segundo Garcia. "Vejo na tecnologia uma solução para mitigar a carência de pessoas [servidores]", destacou. "Esse é o caminho [serviços online] para mitigar a falta de servidores e de agências em muitos municípios", complementou. Atualmente, existem 1704 agências da Previdência Social em todo o país.

Com a criação do Meu INSS, que é possível ter informações e solicitar benefício via site do INSS, e do INSS Digital, o órgão faz a gestão da entrada dos pedidos dos segurados com automatização do maior número de procedimentos possível. Segundo Garcia, em 18 dias, foram feitos cerca de 70 mil atendimentos pela internet. Desse total, 12 mil pessoas conseguem ter acesso ao benefício sem ter que ir à agência. Podem ser solicitados pela internet benefícios como aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-maternidade. O trabalhador também poderá solicitar pela internet informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Garcia evitou falar de reforma da Previdência e destacou: quem cuida da política é o Ministério da Fazenda.

Garcia tomou posse no início do mês, substituindo Francisco Paulo Soares Lopes, demitido após a descoberta de que ele assinou contrato com empresa de informática que tem sede numa loja de venda de bebidas, mesmo como parecer contrário da equipe técnica.

Formado em direito na Uniceub, em Brasília, é pós-graduado com LLM no Ibmec SP em Direito Societário. Foi presidente da Associação de Investidores

no Mercado de Capitais em São Paulo e integrou o Conselho de Auto-Regulação de Mercado de Capitais da Associação Nacional dos Bancos de Investimento. Também foi professor de pós na Universidade Anhembi Morumbi. Ainda atuou como conselheiro da OAB-DF. Foi procurador federal e superintendente da CVM.

Projeto que cria 400 municípios tem alta chance de aprovação na Câmara **Valor Econômico - 19/06/2018**

Projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados que pode autorizar a criação de mais de 400 municípios tem alta chance de virar lei nos próximos 180 dias, segundo levantamento do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello) para o Valor Política.

A proposta transfere para as assembleias legislativas a decisão de criar ou não o município. Após essa votação, a população terá que decidir, num plebiscito, se apoia ou não o desmembramento (ou fusão). O texto, igual a um que foi vetado pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2014, tem potencial para criar mais de 400 cidades, a maioria sem recursos próprios e dependentes de repasses federais. O projeto já passou pelo Senado Federal.

A regulamentação da criação de municípios é um dos cinco projetos com alta ou muito alta chance de aprovação, de acordo com análise do Cebap/Ello em 60 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário ou terminativa nas comissões do Congresso Nacional. A probabilidade, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações do Legislativo desde 1988.

Outros projetos com alta chance de aprovação que estão na pauta de plenário da Câmara são a adesão automática aos cadastros positivos de crédito e a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de celular em presídios, com uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e manutenção custeado pelas operadoras de telefonia.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara há ainda outros dois projetos em votação conclusiva (quando dispensa análise pelo plenário). O PL que institui uma Política Nacional de Leitura e Escrita está pendente apenas da redação final e tem muito alta chance de se tornar lei. Já o projeto que permite que cooperativas atuem como substitutas em processos de seus associados tem parecer favorável e alta probabilidade de aprovação.

Não há nenhum projeto com chance maior que média de virar lei na pauta do Senado.

Liquidez e preço aquecem fusões e aquisições

Valor Econômico - 19/06/2018

Apesar das incertezas políticas e econômicas, o mercado brasileiro de fusões e aquisições continua bem movimentado. Para o presidente da consultoria EY no Brasil, Luiz Sérgio Vieira, há três razões para isso: a combinação de dinheiro disponível com preços atrativos; empresas precisando vender ativos; e projetos de infraestrutura, em especial em petróleo e gás.

Primeiro, fundos de private equity estão muito capitalizados e buscam aquisições de oportunidade. Investidores estrangeiros e nacionais consideram que os ativos estão com preços atrativos.

O segundo fator é a onda de venda de ativos, que tem aumentado. Empresas que saíram machucadas de três anos de recessão, com balanços sob a pressão do endividamento, estão arrumando a casa para liberar capital para inovação.

Os desinvestimentos envolvem negócios que não são centrais para as empresas. "Isso está acontecendo também com multinacionais que investiram mal e estão se desfazendo de ativos", diz Vieira. Esse movimento ocorre principalmente na indústria em geral e no setor de autopeças em particular.

A área de fusões e aquisições também está sendo movimentada por projetos de infraestrutura, sobretudo em petróleo e gás. "O Brasil continua atraindo capital externo de empresas que estavam fora, e vai gerar investimento", diz.

Os setores que mais têm atraído interesse são saúde, educação, tecnologia da informação e alimentos. No segmento de alimentos ainda não houve muitas transações anunciadas, mas há movimentos nos bastidores. No primeiro trimestre deste ano, segundo levantamento da KPMG, foram realizadas 234 operações de fusões e aquisições no país, um aumento de 16,4% na comparação com o mesmo período de 2017. Este foi o maior número dos últimos 20 anos, segundo a KPMG.

O presidente da EY Brasil evita mencionar cifras sobre quanto os negócios de fusões e aquisições podem movimentar neste ano. Segundo ele, algumas transações dependem de sinalizações do que virá depois da eleição presidencial.

"Uma coisa é o Brasil fazendo reformas, e outro sem reformas", afirma. "Se fizer as reformas da previdência, tributária, o controle fiscal, reforma política, o Brasil tem outro potencial de crescimento e o valor dos ativos também é outro", diz ele.

O executivo participou em Mônaco de evento organizado pela EY até domingo. Em debate, três temas foram destacados: novas tecnologias, globalização, aumento do populismo e envelhecimento das populações.

Para os negócios, essas mega-tendências empurram para a convergência das indústrias. O banco Goldman Sachs, por exemplo, tem hoje mais engenheiros do que o Facebook.

Vieira diz ter visto, nos últimos três anos no Brasil, empresários preocupados em sobreviver. O sentimento era de que a revolução industrial seria algo distante. Agora, o tema da inteligência artificial está muito presente na agenda dos CEOs, até para entender a que ponto seu negócio pode estar em risco.

Investimentos nos Estados aumentam em ano de eleições

Valor Econômico - 19/06/2018

Em ano de eleições, os Estados aproveitam a melhora na arrecadação ou os recursos de empréstimos para reforçar investimentos. O recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados cresceu em média 10,8% de janeiro a abril contra igual período do ano passado.

O cálculo engloba 21 entes que já possuem relatórios divulgados pelo Tesouro Nacional. No agregado os investimentos aumentaram em ritmo menor, em 5,1%. Mas essa rubrica avançou em 13 Estados, sendo que em 11 deles a alta superou os 20 pontos percentuais.

Foram considerados os investimentos liquidados e as receitas de ICMS realizadas informados nos relatórios de execução orçamentária.

O quadro, diz Sol Garson, professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostra um comportamento de investimentos relacionado ao ciclo eleitoral. O alerta, diz ela, é que muitos Estados têm elevado investimentos com base em empréstimos, o que merece atenção em relação ao nível de endividamento.

A arrecadação do ICMS, avalia Sol, está relacionada à melhora da atividade. A recuperação da economia, mesmo fraca, contribuiu para um aumento real no recolhimento do imposto. "Mas também há nessa alta a influência de receitas extraordinárias, como de parcelamentos de tributos. Mesmo concedido em 2017 ou 2016, esses "Refis" geram uma parte contabilizada como arrecadação do ICMS."

Marcello Duailibe Barros, subsecretário de Planejamento do Maranhão, diz que o Estado se organizou para acelerar investimentos durante o ano de 2017 e em 2018, principalmente no primeiro semestre. De janeiro a abril os investimentos do governo estadual somaram R\$ 185,7 milhões, com alta de 88% contra igual período do ano passado.

Segundo Duailibe, os investimentos totais do Estado, incluindo autarquias e estatais, deve chegar a R\$ 1,2 bilhão em 2018. Cerca de metade será financiada por operações de crédito.

Em Alagoas o salto também foi grande. O investimento cresceu 89,6% no Estado no primeiro quadrimestre em relação a mesmos meses de 2017. George Santoro, secretário de Fazenda do Estado, diz que há investimentos financiados por empréstimos, mas há também participação de recursos em caixa que foram mantidos e aplicados para alavancar os investimentos este ano.

As despesas correntes, porém, continuam pesando para os Estados. Dados do acumulado de 12 meses até abril mostram que a receita corrente líquida no agregado dos Estados cresceu apenas 5,5%, num nível menor que o avanço de 7,8% da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo pelo mesmo critério. Isso mostra, diz Sol, que as despesas de pessoal mantém ritmo forte de crescimento, provavelmente puxado pelos inativos.

"Em muitos Estados o gasto com servidores ativos não aumentou, mas são os aposentados que ditam o crescimento da despesa de pessoal. Qualquer reajuste que se dá a carreiras como as de professor ou a dos policiais militares tem impacto maior nos inativos. Nessas carreiras, as aposentadorias acontecem relativamente cedo, o que cria contingentes de inativos que permanecem tempo médio maior recebendo os benefícios", diz Sol.

No Maranhão a receita corrente líquida e a despesa bruta de pessoal foram por caminhos divergentes. A receita caiu 0,6% em termos nominais nos doze meses encerrados em abril e a despesa de pessoal aumentou 11,3% na mesma comparação.

Duailibe diz que os gastos com folha fizeram pressão maior como resultado de reajustes salariais que o governo de Flávio Dino concedeu a professores e a carreiras da segurança pública. Segundo o secretário, o governador, que tentará a reeleição este ano, tem um programa de racionalização da máquina pública a ser aplicado caso tenha sucesso nas urnas.

No critério dos 12 meses a receita corrente líquida possui uma base de comparação alta que embute o repasse em 2016 da parte dos Estados no programa federal de repatriação de recursos. Nos últimos 12 meses essa receita extra não se repetiu, diz Santoro, de Alagoas. A recuperação do ICMS aumenta a receita líquida, mas não na mesma magnitude que a receita extraordinária da repatriação, explica ele.

Por isso, acredita Santoro, é remota a possibilidade de os Estados atenderem a algum pedido do governo federal para baixar a alíquota de combustíveis.

O secretário de Alagoas lembra que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), se o Estado reduzir alíquotas de impostos este ano, o governo estadual é obrigado a apontar uma outra receita permanente que cubra a medida. Na

falta de uma receita, precisa apontar uma redução de despesa. "Ao fim do primeiro semestre, é muito complexo para os Estados fazer isso."

Duailibe tem análise semelhante. "Uma redução da alíquota sobre diesel tiraria R\$ 270 milhões de arrecadação anual. É uma receita da qual não podemos dispor."

Energia sobe 33% contra inflação de 19% **O Globo - 19/06/2018**

Estudo avalia tarifa residencial de 2015 a 2018. Bandeira vermelha vai até outubro

As chuvas abaixo da média e a alta do dólar são os principais fatores que levaram a um aumento da tarifa da energia residencial de 33,4% entre fevereiro de 2015 e maio de 2018, muito acima da inflação do período, de 19,7%, segundo estudo de consultoria. A bandeira vermelha, adotada este mês e que encarece a luz, deve ir até outubro, mas pode se estender a dezembro, se o volume dos reservatórios não for regularizado.

O baixo nível dos reservatórios, que ajudou a elevar a tarifa de energia nos últimos anos, vai continuar pesando no bolso do brasileiro. Especialistas avaliam que a bandeira vermelha, adotada este mês e que encarece a conta de luz, deve permanecer até outubro, com possibilidade de ser estendida até dezembro, caso as chuvas não sejam suficientes para regularizar o patamar das hidrelétricas. De acordo com estudo feito pela consultoria Safira, a tarifa de energia residencial subiu 33,4% entre fevereiro de 2015 e maio de 2018, bem acima da inflação do período, de 19,7%. O volume de chuvas abaixo da média histórica foi uma das principais razões para esse descolamento, ao lado de fatores como a alta do dólar — que pressiona as tarifas da usina de Itaipu — e outros custos do setor repassados ao consumidor.

Mês passado, choveu 70% da média histórica nas bacias que compõem o sistema interligado, o terceiro pior índice para um mês de maio em 88 anos, segundo nota do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) divulgada no início de junho. O CMSE afasta o risco de racionamento, mas analistas avaliam que, nesse ritmo, os reservatórios das hidrelétricas permanecerão abaixo do patamar desejado, levando as distribuidoras a recorrer a fontes mais caras de energia, como as termelétricas. Em maio — quando começa o chamado período seco, que vai até outubro —, o nível dos reservatórios nas regiões Sudeste/CentroOeste estava em 42,6%. No Nordeste, o patamar era de 39,69%. O ideal é que eles estivessem acima de 50%.

— Quando os reservatórios estão baixos, o Operador Nacional do Sistema (ONS) dá ordem para que termelétricas sejam acionadas, de forma a atender à demanda. Pelas previsões, é grande a probabilidade de a bandeira vermelha ficar até outubro — afirmou Leonardo Calabro, vice-presidente de Operações da consultoria Thymos.

TARIFA SE MANTERÁ ALTA EM 2019

As distribuidoras têm contratos de longo prazo de fornecimento de energia acertados nos leilões, mas assumem custos maiores quando chove pouco e precisam comprar energia mais cara. Para compensá-las, o governo criou, em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias, que embute uma cobrança adicional na conta. A cor verde indica situação confortável dos reservatórios. As bandeiras amarela e vermelha (nível 1 e 2) significam que o consumidor pagará até R\$ 5 a mais na conta de luz a cada 100 kilowatt hora (kWh) consumidos.

Entre outubro e dezembro de 2017, a bandeira tarifária estava vermelha. Ficou verde entre janeiro e abril, quando as chuvas voltaram a cair com força. Em maio, ficou amarela. E, em junho, voltou a ficar vermelha. A cor da bandeira também indica aos consumidores a necessidade de mudança de hábitos para poupar energia, como tomar banhos mais curtos (para quem tem chuveiro elétrico) e não deixar a porta da geladeira aberta por muito tempo.

— A nossa perspectiva é que, no curto e no médio prazos, ao longo de 2018 e 2019, as tarifas se mantenham altas. O item energia elétrica está se tornando um componente cada vez mais pesado na formação da inflação — destacou Josué Ferreira, consultor de Negócios da Safira. — Nosso estudo mostra que a energia residencial tem ficado mais cara proporcionalmente em relação a todos os demais itens que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em maio, o IPCA subiu 0,4%, pressionado, entre outras coisas, por energia e combustíveis. O estudo da Safira compilou dados sobre energia desde 2013. O levantamento mostra que a tarifa de energia média residencial estava em R\$ 275,42 por megawatt-hora (MWh) em julho daquele ano — poucos meses após a publicação da Medida Provisória 579/ 2012, na gestão de Dilma Rousseff, que forçou a redução de 20% do preço da energia. Em novembro de 2017, a tarifa atingiu o pico de R\$ 488,59 por MWh, ou 77% acima do valor médio que o consumidor pagou em julho de 2013.

— Depois de toda essa política (de forçar a redução de preços), houve um regime hidrológico desfavorável, além de vários fatores que inverteram a tendência de queda. Então, a partir de janeiro, fevereiro, março de 2015, o índice de preços da energia residencial tem ficado sistematicamente bem acima da inflação — comentou Ferreira.

AUMENTO ESTRUTURAL

Além das poucas chuvas, outro fator que pesa nas tarifas de energia é o chamado risco hidrológico (GSF). Quando a geração de energia hidrelétrica fica abaixo do volume contratado por determinação do ONS — justamente para preservar os reservatórios —, as geradoras perdem receita. Essa perda acaba sendo compensada pela alta da tarifa. Há ainda o impacto do câmbio. A energia gerada por Itaipu é cobrada em dólar. Só este ano, a moeda americana subiu 13%.

Segundo Érico de Brito, gerente de assuntos regulatórios da Excelência Energética, as distribuidoras que mais recebem energia de Itaipu são Eletropaulo, Cemig, Copel-D e Light. No caso da Light, o efeito da alta do dólar nas contas só será percebido a partir de março de 2019, mês do reajuste anual. Já para os consumidores da Copel e da Eletropaulo, a pressão da moeda poderá ser percebida já em 2018.

Daqui a alguns anos, se Angra 3 for concluída, haverá um custo adicional na conta de luz. Como ela vai gerar uma energia de reserva para garantir a segurança do sistema, o custo da tarifa será rateado por todos, por meio do chamado Encargo de Energia de Reserva (EER).

Érico de Brito lembra ainda que há uma tendência estrutural de uso de fontes consideradas mais caras no Brasil. Até alguns anos atrás, 90% da eletricidade vinham de fontes hidrelétricas. Como as reservas de água estão, em sua maioria, na Região Norte, e há forte pressão ambiental para conter o avanço de hidrelétricas na Amazônia, o país vem buscando a diversificação de fontes energéticas, incluindo a solar e a eólica, que ainda são mais caras que a hidrelétrica, que hoje representa 60,8% da matriz.

— A tendência de longo prazo é ficar mais caro — reconhece Brito.

Riqueza do subsolo

Correio Braziliense - 19/06/2018

O governo atualizou os estudos de uma área de mais de 36 mil quilômetros quadrados e apresenta, hoje, informações detalhadas da geologia de uma das regiões mais ricas em minérios do país. A cargo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a pesquisa resultou em 12 mapas das cidades de Unaí, Paracatu, Vazante e Patos de Minas, entre outros municípios do noroeste de Minas Gerais e sudeste de Goiás.

O trabalho aponta a grande diversidade e quantidade de bens minerais, como ouro, diamante, zinco, cobre, potássio, fosfato, água mineral, areia, argila e calcário. Também foram encontrados bário, cascalho, cádmio, ferro, flúor, pirita, quartzo, titânio e turfa. De acordo com Júlio Murilo Martino Pinho, gerente de infraestrutura geológica da CPRM, o objetivo é disponibilizar informações que estavam dispersas, na mão de poucas empresas. “Agora ficarão disponíveis ao público e podem atrair investimentos”, explicou.

Como o trabalho anterior era de 1970, a atualização vai ajudar na tomada de decisões de pesquisa mineral, ocupação do solo para atividades agrícolas e industriais e planejamento urbano e ambiental. “Já existem minas naquela área, mas cada empresa conhece a sua mina. Nós consolidamos o mapa integrado, com a descrição dos depósitos minerais”, disse. Além de metais preciosos, como ouro, e diamantes, a área tem fosfato, zinco, potássio, argila, calcário. “São insumos para construção civil e agricultura”, acrescentou.

Dívida será paga até 2045

Correio Braziliense - 19/06/2018

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipará de 2060 para 2045 o prazo para devolução ao Tesouro Nacional dos recursos usados para capitalização da instituição financeira durante os governos do PT. Até agosto, a estatal pretende concluir o pagamento de R\$ 100 bilhões dos R\$ 130 bilhões previstos para o ano. Com isso, os R\$ 250 bilhões restantes serão repassados para os cofres públicos ao longo dos próximos 27 anos. “Acertei a devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES para o Tesouro. Estamos nos últimos minutos para fechar a redução do prazo de devolução”, admitiu o presidente da instituição financeira, Dyogo Oliveira.

A devolução prevista para este ano é fundamental para que o governo federal consiga cumprir a regra de ouro — norma prevista na Constituição que impede que a União emita dívida para pagar despesas correntes, como folha salarial. Entre 2008 e 2014, o Tesouro contraiu dívida de R\$ 500 bilhões por meio da emissão de títulos públicos e repassou os recursos ao banco público em troca de contratos de financiamento com a estatal, que repassaria à União no longo prazo.

Até o momento, já foram repassados para os cofres da União R\$ 209 bilhões. Em 2015, a devolução foi de R\$ 29 bilhões, em 2016, de R\$ 100 bilhões, em 2017, de mais R\$ 50 bilhões e, em abril de 2018, de mais R\$ 30 bilhões. Até agosto, mais R\$ 70 bilhões serão transferidos dos BNDES ao Tesouro. Esses recursos têm sido usados para reduzir o endividamento público. A devolução atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Montante

Apesar de reduzir o prazo para quitação da dívida com o Tesouro, o BNDES ainda não definiu o montante que será repassado para o governo a partir de 2019. Caso o banco público faça pagamentos anuais, em média, desembolará R\$ 9,3 bilhões para quitar a dívida até 2045. Esses valores, entretanto, podem mudar diante da necessidade de caixa da União e de negociações entre dirigentes da instituição financeira e integrantes da equipe econômica.

A principal preocupação do BNDES é de que seja obrigado a fazer repasses vultosos para o Tesouro e essa medida descapitalize o banco. O tema tem sido amplamente debatido entre os técnicos da equipe econômica. Uma parte do governo defende que as devoluções são necessárias para reduzir distorções criadas nos últimos anos. Outra afirma que a instituição financeira precisa estar pronta para atender à demanda reprimida por crédito quando a economia voltar a crescer.

Lenta retomada do emprego deixará recuperação de crédito negativa

DCI - 19/06/2018

A recuperação de crédito no País deverá ficar negativa ao longo deste ano. A contínua incertezas política e econômica do País e sem uma recuperação no mercado de trabalho, demanda por crédito e capacidade de consumo das famílias só deve melhorar em 2019.

Apesar do aumento de alguns indicadores econômicos – como os juros no menor patamar histórico, a inflação controlada e a volta gradual do consumo – a demora na retomada do emprego ainda impacta a renda familiar e a capacidade de pagamento dos brasileiros.

“Esperávamos que a recuperação de crédito começasse a ficar positiva, mas a alta mensal que temos até agora não é pela melhora nos pagamentos e, sim, pela queda da demanda por crédito”, diz o economista do Serviço Central de Proteção ao Crédito (Boa Vista SCPC), Flávio Calife.

De acordo com os dados do birô de crédito, por exemplo, apesar de maio ter registrado um aumento de 3,2% nas recuperações ante abril, a análise do acumulado de 12 meses mostra recuo de 2,6%.

Em abril, o crescimento ante março era de 5,1%, com queda de 1,6% nos 12 meses.

Segundo as últimas informações do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), por outro lado, o volume de recuperações de crédito no acumulado de 12 meses até abril deste ano subiu 2,9% – a maior alta desde outubro de 2015.

Ao mesmo tempo, as dívidas quitadas na mesma relação ficaram estáveis em -0,41%.

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, apesar do número visto em abril ser bom, ele mostra “um fundo negativo”.

“O mercado de trabalho é a última variável a retomar e ainda não mostrou as caras. Essa recuperação vem mais lenta do que o esperado e, mesmo que os bancos tenham elevado as concessões com cuidado, o orçamento das famílias está muito apertado e isso pode ter reflexos na inadimplência futura”, avalia a especialista do SPC.

A exemplo do movimento bancário, as carteiras de pessoas físicas de quatro dos cinco maiores bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) somaram R\$ 668,5 bilhões no primeiro trimestre, um aumento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 631,1 bilhões).

A maior alta foi do Santander (20,9%), de R\$ 94 bilhões para R\$ 113,7 bilhões, seguido por Itaú (+6%), de R\$ 180,5 bilhões para R\$ 191,4 bilhões, Bradesco (+3,4%), de R\$ 171,8 bilhões para R\$ 177,8 bilhões e BB (+0,04%), de R\$ 184,8 bilhões para R\$ 185,6 bilhões.

Segundo Calife, o crescimento bancário nos empréstimos ainda tem sido aquém do esperado pelo mercado e que, com a piora da confiança – principalmente a partir de maio, com a greve dos caminhoneiros – o cenário de crédito poderá mudar.

“Os bancos estão bastante cautelosos e restritivos nas concessões, por isso não enxergam inadimplência. Mas com a confiança piorando, tanto para o consumidor como para o empresário, a demanda deve cair”, comenta.

Demora no investimento

Nesse sentido, tendo em vista a falta de um direcionamento político e econômico no País com a aproximação das eleições, os especialistas consultados pelo DCI projetam uma melhora apenas para 2019.

De acordo com o advogado sócio da Rosenbaum Advogados e especialista em recuperação de crédito, Léo Rosenbaum, a volta do consumo ainda é muito superficial e também insuficiente para trazer a decisão de investimento de volta às empresas.

“A economia vai recuperar, mas até que haja uma definição política, não existirá empresário que pensará em aumentar seus negócios. Isso sem contar que o mercado aguarda as reformas tributária e previdenciária”, complementa o advogado.

“Além disso, temos o lado do consumidor desempregado ou sem confiança no emprego que também atrasa o consumo”, lembra Kawauti. “Tudo ainda depende das eleições”.

Regiões

Quanto as regiões que devem puxar a recuperação de crédito no próximo ano, ambos os especialistas de birôs de crédito apostam no Sul e também no Sudeste. “São as regiões que acabam registrando a maior atividade. Em seguida vem Centro-Oeste, por conta do agronegócio”, conclui Calife.

Preços voltam a subir após três meses

DCI - 19/06/2018

O Índice de Preços dos Supermercados (IPS), calculado pela APAS/FIPE subiu 0,25% em maio, ante abril, nos estabelecimentos paulistas. Apesar do aumento, o resultado no acumulado do ano permanece negativo, com 0,29%. Efeitos da greve dos caminhoneiros poderão ser sentidos em junho, acompanhados por uma nova elevação do indicador.

De acordo com o economista da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Thiago Berka, parte deste aumento foi provocado pela alta do preço do leite, que nos meses de abril e maio disparou no mercado de atacado.

“Muitos produtores saíram do segmento após um ano de 2017 apresentando preços baixos de venda, mas com altos custos de produção. Todos esses fatores foram agravados pela greve dos caminhoneiros, que fez o leite subir 4,31% em maio e atingir 14,30% no acumulado de 2018”, comenta.

Outros produtos que também foram responsáveis pela elevação da inflação no período são os tubérculos, com a batata e a cebola subindo 33% e 40% respectivamente. “Leite e tubérculos têm um peso importante no orçamento familiar, pois juntos somam mais de 10%. Portanto, esses fortes aumentos acabaram contribuindo para a situação observada em maio”, disse. No total, das 27 subcategorias que compõem o IPS, apenas oito apresentaram aumento.

De acordo com o indicador, os produtos in natura (hortifrutigranjeiros), tiveram uma elevação de 3,90% em maio ante abril. O principal motivo foi à alta da batata e da cebola. Já as verduras subiram 3,06%.

Do lado contrário, os preços das bebidas alcoólicas tiveram deflação de 0,20% em maio, com destaque para cerveja, aguardente e vodca. No acumulado do ano, a queda desta categoria chegou a 1,41%. Já as bebidas não-alcoólicas fecharam o mês com redução de 0,03%, acumulando deflação de 1,06% em 2018.

A alta do dólar ainda não afetou os produtos de limpeza, higiene e beleza. Os artigos de limpeza cresceram apenas 0,06% em maio, já os produtos de higiene e beleza ficaram com os preços estáveis.

Projeções

Sobre a greve dos caminhoneiros, em maio, o economista da Apas comenta que por ter ocorrido nos últimos dias do mês de maio, os reflexos só serão observados no indicador de junho. “Em junho a expectativa é de mais aumentos no preço do frango e do leite.

De acordo com a primeira pesquisa semanal de junho, feita pelo Procon, o valor do quilo do frango subiu 11,98%. O leite segue a mesma tendência, com alta de 8,13%”, comentou Berka.

Empresários do País estão aflitos com trajetória da economia no curto prazo

DCI - 19/06/2018

Empresários estão aflitos com a trajetória da economia no curto prazo. Depois da greve dos caminhoneiros, qualquer surpresa adicional no cenário pode colocar em risco a retomada dos negócios.

Durante um evento do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) ontem em São Paulo, com a presença do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, executivos mostraram preocupação e questionaram o governo a respeito da trajetória do câmbio, das reformas fiscais e das consequências da negociação feita com os caminhoneiros.

Uma fonte do setor industrial, que preferiu não se identificar, afirmou, após a palestra do ministro, que os últimos acontecimentos geraram muitas incertezas sobre o potencial de recuperação das empresas neste ano e sobre a capacidade do governo de contornar crises.

A avaliação, no entanto, é que o faturamento das companhias cresça no fechamento de 2018, em relação ao ano passado, mas muito por conta da base de comparação fraca. “O ano de 2017 foi muito ruim”, afirmou.

“A expectativa [com relação à economia e ao faturamento das empresas] é de crescimento. Mas qual é a garantia de que não haverá surpresas daqui até o final do ano, que coloquem em risco a recuperação”, completou.

A fonte ressaltou que a mudança constante de cenário cria obstáculos para o planejamento das empresas. “É muito cansativo abrir o jornal e ler uma coisa diferente a cada semana. Isso dificulta o planejamento”, pontuou, ressaltando que os novos projetos de investimento da sua companhia seguem paralisados.

Durante a palestra, Guardia destacou que os efeitos da greve dos caminhoneiros são “transitórios”. “É inegável que a greve terá um efeito no curto prazo, tanto no que diz respeito ao nível de preço, quanto no que diz respeito ao impacto na economia como crescimento – setores foram afetados, a economia parou de funcionar, teve escassez de produtos, isso refletiu em preços mais elevados nos supermercados.”

No entanto, Guardia reforçou que esses impactos serão diluídos ao longo dos meses. “Tanto quanto quando a gente olha do lado da inflação, quanto quando a gente olha do lado do crescimento, esses efeitos são transitórios. Nós não entendemos como um choque permanente em preços ou na capacidade de crescimento da economia”, frisou o ministro.

Um empresário da plateia chegou a questionar Guardia se há vontade política, por parte do governo federal, de renegociar o acordo com os caminhoneiros, “tendo em vista suas consequências insustentáveis”. Sobre isso, o ministro

comentou que as condições em que o acordo foi firmado foram muito adversas – como a paralisação da economia e as dificuldades de identificar as lideranças do movimento – o que acabou resultando, dentre outras medidas, no tabelamento do frete que, em sua avaliação, será ruim para os próprios caminhoneiros.

“O tabelamento pode acabar prejudicando aqueles que seriam beneficiados. Nós não temos como revogar a lei da oferta e da demanda por decreto”, disse. “Mas eu acho que existe entre os caminhoneiros uma percepção maior de que a tabela do frete pode ser negativa para a própria atividade dos caminhoneiros”, comentou. Em relação à economia brasileira, o ministro disse que a recuperação passa por todos os setores e conta com uma retomada dos investimentos, a qual pode ser observada no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, durante o primeiro trimestre.

Volatilidade

As fortes oscilações cambiais também foram temas recorrentes de questionamentos dos empresários. Em relação a isso, Guardia explicou que a situação do Brasil é diferente do período eleitoral de 2002, quando o dólar também disparou em relação ao real.

Ele lembrou que, naquele momento, a dívida pública do Brasil era “dolarizada”, mas que, hoje, somos credores em dólar. As reservas internacionais do País, disse Guardia, alcançam US\$ 380 bilhões, enquanto o colchão de liquidez do Tesouro Nacional é de R\$ 575 bilhões. “Temos instrumentos poderosos para atuar em momentos de alta volatilidade”, afirmou o ministro.

A fonte do setor industrial elogiou o esclarecimento do ministro, tendo em vista que as oscilações da moeda também preocupam a sua empresa. Para ele, o atual ministro da Fazenda tem um perfil técnico, o que passa confiança. No entanto, o problema é que, neste momento, “Brasília está mais preocupada com as eleições”.

Guardia listou ainda que o governo tem uma agenda para cumprir até o final do ano, que inclui mudanças da PIS/Cofins. Segundo ele, será impossível fazer uma reforma tributária ampla neste momento. Para Guardia, esta depende de reformas fiscais, como a da Previdência Social.

Confiança dos donos de pequenos negócios diminui

DCI - 19/06/2018

Pesquisa mostra que o cenário de incertezas proporcionado pela proximidade das eleições e a recente greve dos caminhoneiros impactaram diretamente a confiança dos donos de micro e pequenas empresas na economia.

A Sondagem Conjuntural do Sebrae, realizada trimestralmente, revelou a queda do percentual de empresários que acreditavam em uma melhora da economia nos próximos 12 meses.

Em março, 49,2% apostavam em recuperação para o período futuro. Em junho, o índice de empreendedores otimistas com o rumo do País caiu para 31,4%, interrompendo uma sequência de crescimento observada ao longo da série, iniciada há um ano. A pesquisa foi feita entre os dias 21 e 25 de maio de 2018 com 2.992 empresários.

Apesar do pessimismo dos empresários com a economia, não há grande perspectiva de demissões. Cerca de 47% devem manter o quadro de funcionários nos próximos 12 meses, mas caiu o percentual dos que pretendem contratar: de 26% em março de 2018, para 17,6% neste mês de junho.

“O empresário à frente de um pequeno negócio é otimista por natureza, mas não fica alheio aos acontecimentos do país. E percebemos que a paralisação afetou todas as esferas de negócios, mesmo que não diretamente, e trouxe incertezas em relação ao futuro”, avalia a diretora técnica no exercício da presidência do Sebrae, Heloisa Menezes, em nota.

Juros devem seguir em 6,5% ao ano

DCI - 19/06/2018

O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, continue nos atuais 6,5% ao ano após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de amanhã (20) e até o final de 2018.

Por outro lado, com as incertezas na economia e na política no Brasil, os analistas consultados pelo Banco Central (BC) pioraram, pela quinta vez seguida, suas estimativas para a inflação oficial deste ano. Esses dados foram divulgados ontem (18) pela autoridade monetária no relatório Focus.

De acordo com o documento, a previsão dos economistas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no fechamento de 2018, passou de 3,82% para 3,88%, na comparação com a mediana das estimativas divulgadas na semana passada. Da mesma forma, a perspectiva para 2019 passou de 4,07% para 4,10%, revisão para cima pela terceira vez seguida.

Apesar dessa piora, as projeções, se confirmadas, mostram que a inflação continuará dentro da meta estabelecida para este ano e o próximo.

Mesmo assim, o Focus revela que a avaliação dos entrevistados pelo BC é de que, em 2019, a Selic volte a subir e termine em 8% ao ano.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – também reflexo das incertezas, principalmente depois da greve de 11 dias dos caminhoneiros –, os analistas aguardam que o indicador irá crescer 1,76%, ante 1,94% anunciado no documento da semana passada. Há um mês, essa previsão era de expansão de 2,50%. Para 2019, o prognóstico também recuou: de avanço de 2,80% para alta de 2,70%. Há um mês, a mediana era de +3%.

Do lado da oferta, a produção industrial deve crescer 3,50% no acumulado de 2018, contra 3,51% previstos anteriormente, na análise dos economistas consultados pelo BC. Em 2019, a perspectiva seguiu em avanço de 3,20%.

Câmbio

Os analistas revisaram, de R\$ 3,50 por dólar para R\$ 3,63, a estimativa para a taxa de câmbio ao final deste ano. Essa mudança veio após a forte volatilidade das últimas semanas, que fez com que o Banco Central fizesse uma série de intervenções no período. A cotação chegou a atingir R\$ 3,80 na semana passada.

O relatório Focus desta segunda-feira mostrou, ainda, que para o ano que vem, a projeção do mercado financeiro também subiu: de R\$ 3,50 por dólar para R\$ 3,60.

Brasil deixou de arrecadar R\$ 354,7 bi com renúncias fiscais

DCI - 19/06/2018

Com meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões neste ano e com um teto de gastos pelas próximas duas décadas, o governo teria melhores condições de sanear as contas públicas, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), concedendo menos incentivos para determinados setores da economia. O relatório do TCU das contas do governo em 2017, aprovadas com ressalvas na última quarta-feira (13), revelou que as renúncias fiscais somaram R\$ 354,7 bilhões no ano passado. O montante equivale a 30% da receita do governo no ano e supera déficits da Previdência e das aposentadorias dos servidores federais, que somam R\$ 268,8 bi em 2017. Segundo o TCU, 84% das renúncias têm prazo indeterminado, o que faz a perda de arrecadação ser incorporada às contas do governo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cada renúncia fiscal seja custeada com alguma receita, seja com o aumento de outros tributos ou com a alta da arrecadação gerada pelo desenvolvimento da economia. O TCU, no entanto, constatou que 44% dos incentivos fiscais não são fiscalizados por nenhum órgão, o que levou o ministro Bruno Dantas a recomendar que os ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil montem grupo de trabalho para verificar eficácia das renúncias.

Segundo a Receita Federal, as desonerações (que compõem uma parte das renúncias fiscais) estão estabilizadas em 2018, depois de caírem em 2017. Até abril deste ano, somaram R\$ 27,57 bi, ante R\$ 27,6 bi em igual período do ano passado.

Projeto devolve 470 mil ao Supersimples

DCI - 19/06/2018

A renúncia fiscal do governo federal, que atingiu R\$ 284 bilhões em 2017, irá aumentar ainda mais neste ano, se virar lei projeto que permite o reingresso de cerca de 470 mil microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas ao regime fiscal reduzido do Supersimples.

Com uma bancada que reúne 305 deputados e 33 senadores, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa é uma das maiores do Congresso, o que torna praticamente certa a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 500/18, de autoria do deputado Jorginho Mello (PR-SC), por unanimidade ou com poucos votos contra e abstenções.

A Receita Federal ainda não tem levantamentos sobre o impacto da reinclusão dos empreendedores excluídos por dívidas tributárias. Até o final de 2017 havia cerca de 600 mil empresas do setor que acumulavam dívidas em torno de R\$ 22 bilhões. Destes, 470 mil foram excluídas em janeiro de 2018 porque não renegociaram as dívidas.

Relatório da IFI - Instituição Fiscal Independente do Senado aponta que o Supersimples acumula a maior renúncia fiscal concedido pelo governo federal a um segmento: em 2015, a renúncia com o Supersimples somou R\$ 69,2 bilhões. O diretor da IFI, Felipe Salto, aponta que existem políticas de incentivo fiscal em todo o mundo, mas no Brasil falta mecanismo de acompanhamento. A tributação simplificada do Simples Nacional é cerca de 40% menor do que a das médias e grandes companhias do país.

De acordo com números da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), somente em 2017 a perda de arrecadação relacionada ao Supersimples foi de R\$ 82,99 bilhões - valor que é quase três vezes o orçamento da Educação, R\$ 31,36 bilhões, no mesmo ano.

Política econômica

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no entanto, contesta o conceito de renúncia fiscal apontado pela Receita Federal sobre a redução de tributos de 40% previstas para as empresas do Supersimples.

Elaborado em comemoração aos dez anos do Supersimples, o estudo das instituições aponta que o regime unificado de tributação é uma política econômica de geração de renda e emprego prevista na Constituição em artigos que estabelecem tratamento diferenciado ao setor.

Segundo dados do Sebrae, nos últimos dez anos, enquanto as médias e grandes empresas tiveram um saldo negativo de 2 milhões de empregos, as micro e pequenas empresas apresentaram saldo positivo de 10 milhões de empregos.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, o autor do projeto endossa as entidades. “Nenhuma renúncia fiscal para o governo, zero. O empreendedor só vai para o regime onde ele estava, não vamos dar benefício nenhum. Ele vai pagar a conta, aderir ao parcelamento, e voltar para o regime”, explicou Mello ao DCI.

O projeto se faz importante por evitar que as empresas que estão fora do Simples terminem na informalidade, avalia. “Eles já são pequenos, estão com problemas de tributos atrasados, não vai para o regime de lucro presumido, vai para sonegação.” Para Mello, a exclusão do Simples Nacional não é uma medida de aumento de arrecadação. “Ou seja, a exclusão dos optantes do Simples Nacional diminuirá a arrecadação do Governo.”

De acordo com o projeto, a reinclusão no Simples Nacional deverá ser pedida, de forma extraordinária, no prazo de 30 dias contados da data de adesão ao Refis, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2018. O retorno ocorrerá desde que seja iniciado o pagamento das dívidas por meio do Programa de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN). Também chamado de Refis da microempresa, o programa foi instituído pela Lei Complementar 162/18.

Beneficiados

Ao todo, quase 12 milhões de pequenos negócios são beneficiados pelo regime do Supersimples, sendo 7 milhões de MEIs e 4,9 milhões de micro e pequenas empresas. O Supersimples unifica e simplifica o recolhimento de oito tributos, sendo seis federais, um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). De acordo com o Sebrae, os pequenos negócios são os responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros no setor privado.

“Mesmo com a retração da economia, o número de empreendimentos aumentou. Isso evitou uma maior estagnação do país. Se não houvesse o empreendedorismo de pequeno porte, o número de desocupados seria ainda maior”, disse o presidente licenciado da entidade, Guilherme Afif Domingos, pré-candidato do PSD à Presidência da República.

Petrobrás pode perder R\$ 15 bi com ação trabalhista **O Estado de S. Paulo - 19/06/2018**

A maior ação trabalhista da história Petrobrás será julgada na quinta-feira no plenário Tribunal Superior do Trabalho (TST). Se a empresa perder, terá de desembolsar mais de R\$ 15 bilhões e a folha de pagamento ainda aumentará em até R\$ 2 bilhões por ano.

Aberto pelos trabalhadores, o processo pede recálculo de um acordo coletivo de 2007 que concedeu adicionais ao salário, como trabalho noturno, por sobreaviso e confinamento. Os extras têm sido pagos, mas milhares de

empregados querem outra conta que, grosso modo, dobra os adicionais. A estatal classifica como “possível” perder a ação.

A disputa entre Petrobrás e os trabalhadores tem origem em um acordo coletivo firmado há mais de dez anos. Em 2007, a estatal e os empregados chegaram a um entendimento para reajuste salarial que previa, entre outros benefícios, a adoção de uma política para equalizar salários com uma remuneração mínima por cargo e região – é a chamada remuneração mínima por nível e regime (RMNR).

Com a nova regra, em alguns casos o salário mais que dobrou em relação à remuneração básica. Um exemplo são os petroleiros que atuam em plataformas no regime de 12 horas. O grupo passou a ganhar 30% mais por periculosidade, 26% extras por adicional noturno, 39% por hora de repouso, 30% por confinamento e 4% de um complemento negociado. Assim, o salário passou a ser 125% maior que o salário básico dos petroleiros.

No início da década, porém, alguns trabalhadores passaram a questionar a metodologia de cálculo dessa remuneração. Empresa e petroleiros citam que há cerca de 50 mil empregados da ativa e aposentados que questionam o tema em ações individuais e coletivas.

O principal argumento usado nos processos é que a redação do acordo coletivo dá a entender que a conta para a nova remuneração pode ignorar extras e adicionais que já estavam no salário – o que aumenta expressivamente o montante a ser recebido pelos trabalhadores. No processo, é citado o exemplo de um petroleiro que atua confinado em plataforma, cujo salário aumentaria de R\$ 21.750,09 para R\$ 31.029,02 pela nova conta, conforme valores de 2014.

O tema já foi debatido por duas comissões no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Uma deu vitória para a Petrobrás e outra para os trabalhadores. Sem consenso, o processo subirá ao plenário que agendou o julgamento para quinta-feira.

Impacto. Se a Petrobrás perder, o impacto imediato seria de R\$ 15,2 bilhões, conforme balanço do primeiro trimestre de 2018. O valor, porém, não foi separado no caixa porque a empresa classifica a hipótese de perder o processo como “possível” – o que não exige provisionamento. A reserva dos valores só ocorreria caso a perspectiva de derrota fosse considerada “provável”.

Além desse impacto imediato, a folha de pagamento cresceria até R\$ 2 bilhões por ano.

No plenário, advogados dos trabalhadores defenderão que a redação do acordo é imprecisa e permite dupla interpretação. Nesse caso, argumentarão que, de acordo com a jurisprudência da Justiça do Trabalho, deve prevalecer a versão que beneficia o trabalhador.

Já os advogados da estatal manterão a defesa de que não há dupla interpretação e que os próprios sindicalistas concordaram, na época, com as condições defendidas pela empresa. Além disso, citarão que eventual decisão favorável aos trabalhadores criará insegurança jurídica nos acordos coletivos – mecanismo que ganhou força na reforma trabalhista.

Se a empresa perder, é possível entrar com recurso no próprio TST. Caso os ministros mantenham a decisão, a estatal poderia, em seguida, questionar o tema no Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto questiona o assunto em uma das duas instâncias, não seria necessário fazer nenhum desembolso que só seria feito com a extinção da possibilidade de apelação.

Procuradas, a Petrobrás e a Frente Única dos Petroleiros (FUP) não se pronunciaram sobre o tema.

Bancos vencem no TST disputa sobre terceirização de call center

Valor Econômico - 19/06/2018

Bancos e call centers conseguiram uma decisão importante no Tribunal Superior do Trabalho (TST) que pode ter efeitos para empresas de outros setores que utilizam serviços de telemarketing. A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1), responsável por uniformizar a jurisprudência, entendeu que não pode ser reconhecido vínculo de emprego com instituição financeira que contratou atendente por meio de terceirizada. Para os ministros, call center seria uma atividade-meio e não fim.

Decisões recentes de turmas do TST apontavam em sentido contrário, o que preocupava as empresas. O processo julgado (RR - 876-84.2011.5.01.0011) é de 2011 e, portanto, anterior à reforma trabalhista, que autoriza a terceirização de atividade-fim. Envolve a Itaucard e a Contax Mobitel. A decisão foi apertada, por seis votos a cinco.

O advogado Daniel Chiode, do escritório Chiode Minicucci Advogados, avalia como de extrema importância o julgamento. Segundo ele, os ministros entenderam que não existe fraude na terceirização e que a única obrigação do tomador de serviços é a de responder subsidiariamente pelos débitos trabalhistas dos empregados da prestadora.

"O que se espera é que, com a reforma e com esta decisão, haja segurança e certeza para quem atua no setor", afirma. O advogado lembra do caso de um cliente estrangeiro que desistiu de investir R\$ 1 bilhão em uma empresa de call center no Brasil, em 2012, em razão da insegurança jurídica do tema.

O advogado Estêvão Mallet, do escritório Mallet Advogados Associados, reforça que, embora se trate de um caso particular para bancos, ele tem uma importância maior e pode ser precedente para outros setores. "O TST entendeu

que a natureza da atividade desenvolvida pelo call center para bancos não envolve atividade de bancos. Não deixa de ser um precedente para outros setores", diz.

No caso julgado, uma ex-funcionária alegou que, no call center, exercia atividade de bancária por lidar com assuntos de cartões de crédito, entre outros. Por isso, apontou o exercício de atividade-fim e não meio.

Quando ainda não existia previsão legal, prevalecia na análise do assunto, a posição do TST na Súmula 331. O texto autorizava a terceirização para serviços de vigilância, conservação e limpeza e de serviços ligados à atividade-meio, sem pessoalidade ou subordinação direta.

O advogado da Contax, José Alberto Couto Maciel, sócio da Advocacia Maciel, destaca que, nas decisões mais recentes sobre o tema, o TST vinha considerando call center como atividade-fim. "O trabalhador pedia o reconhecimento como bancário, mas trabalhava em call center", afirma, acrescentando que não havia, no caso julgado, subordinação ao banco.

"Atender telefone, respondendo perguntas sobre o banco, não torna o trabalhador um bancário."

Recentemente, a 3ª Turma havia condenado os bancos Itaú e Santander a equiparar a remuneração e outros benefícios concedidos às autoras aos da função de bancário. Nos dois casos, o trabalho era realizado na sede da terceirizada e as empregadas não tinham acesso ao saldo da conta corrente dos clientes. Os ministros levaram em conta, no entanto, o fato de as atendentes prestarem informações sobre cartão de crédito, além de liberarem limite e crédito pessoal.

De acordo com Maciel, foi a primeira vez que a Subseção do TST analisou o mérito e reconheceu que não se tratava de atividade-fim. Entre as vantagens pleiteadas estavam a jornada de seis horas dos bancários.

O advogado da funcionária não foi localizado. É possível recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), desde que se apresente argumentos baseados na Constituição. Os ministros deverão julgar a possibilidade de terceirização de atividade-fim em processo anterior à reforma trabalhista. O tema, em repercussão geral, ainda não foi pautado.

Para a China, Trump continua a ser uma dádiva **O Estado de S. Paulo - 19/06/2018**

Fareed Zakaria

O falecido Lee Kuan Yew me disse que os EUA continuarão a potência dominante no mundo somente se forem dominantes no Pacífico. Lee fundou a moderna Cingapura e foi um dos estrategistas mais inteligentes que conheci.

Ele me falou sobre isso no final de sua vida, preocupado com o colapso da estabilidade que havia permitido o crescimento global nos últimos 50 anos. Infelizmente, Donald Trump parece estar fazendo tudo o que pode para contrariar essa afirmação.

E a mídia entendeu errado. A real manchete da cúpula de Trump e Kim Jong-un deveria ser esta: “Os EUA enfraquecem sua aliança de 70 anos com a Coreia do Sul”. Os elementos mais surpreendentes da iniciativa de Trump não foram os elogios feitos ao ditador norte-coreano, mas seu anúncio do cancelamento dos exercícios militares com a Coreia do Sul, adotando a mesma retórica dos norte-coreanos, qualificando os exercícios de “provocativos”.

Na verdade, é a Coreia do Norte que provoca e ameaça a Coreia do Sul, desde que invadiu o Sul pela primeira vez, em 1950. Acredita-se que ela mantenha um milhão de soldados na ativa, quase o dobro da Coreia do Sul, e construiu 20 túneis para organizar uma invasão-surpresa. Além disso, tem mais de 6 mil peças de artilharia que podem atingir o Sul, incluindo algumas cujo alcance é tão grande que 32,5 milhões de pessoas estão em perigo, mais do que a metade da população sul-coreana. O Departamento da Defesa dos EUA estimou, em 2006, que, se a Coreia do Norte usasse sua artilharia contra o Sul, 250 mil pessoas morreriam apenas em Seul. Naturalmente, uma década depois, o Norte tem 60 bombas nucleares e mísseis para transportá-las.

Os “jogos de guerra” de Coreia do Sul e EUA são um conjunto necessário de exercícios defensivos realizados na presença de um adversário agressivo. Pior ainda, Trump indicou que gostaria de retirar as tropas americanas da Coreia do Sul. Ele erra ao afirmar que isso vai poupar recursos, salvo se pretende uma desmobilização dessas tropas – o que significaria um corte das forças ativas dos EUA, que é o oposto da política adotada por ele. Como a Coreia do Sul cobre quase a metade dos gastos das tropas americanas estacionadas ali, transferi-las para a Geórgia, por exemplo, não custará menos. Mas isso não vem ao caso.

Foi por meio de uma amarga experiência que os EUA concluíram ser muito melhor ter tropas prontas e treinadas para uma batalha e com conhecimento da geografia local, em vez de mantê-las todas nos EUA e enviá-las quando eclode um conflito.

Alguns comentaristas têm sublinhado que a vitoriosa dessa cúpula foi a grande potência que nem estava presente: a China. Eles estão certos. Pense no que a China sempre desejou. Primeiro, a estabilização da Coreia do Norte. Até recentemente, a questão vinha sendo um pesadelo para os chineses, uma vez que a unificação seria levada a cabo segundo as condições da Coreia do Sul, criando um grande Estado democrático, aliado de Washington, abrigando tropas americanas na fronteira da China. O pesadelo parece improvável agora que os EUA prometeram garantias de segurança para a Coreia do Norte, além de ajuda e investimentos.

O segundo grande desejo da China é ficar livre das tropas americanas, especialmente no continente. Trump parece inclinado a isso também. Após o fim da Guerra Fria, muitos países asiáticos ficaram preocupados que os EUA saíssem da Ásia deixando seus aliados à mercê de uma China cada vez mais poderosa. Para garantir a eles que não, Joseph Nye, alto funcionário do governo Clinton, elaborou um relatório e apresentou uma iniciativa em que os EUA se comprometiam a manter sua presença na Ásia, com 100 mil soldados. Caso Trump siga seu impulso de retirar as tropas da Coreia do Sul, esse número ficaria bem abaixo.

Para a China, Trump continua sendo uma dádiva. Ele iniciou seu mandato abandonando a Parceria Transpacífico, criada por aliados como alternativa ao mercado chinês. A parceria era um escudo contra a China e provou ser atrativa para outros países. Agora, as regras estão sendo ditadas na Ásia e em mandarim. Lee estava certo. Nas próximas décadas, o jogo estratégico dos EUA será como enfrentar a ascensão da China. Mas, agora, os EUA estão saindo de campo.

Tempos de incerteza

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Josef Barat

Muitos economistas têm se dedicado a estudar as inter-relações entre a estabilidade institucional e política, de um lado, e a dinâmica do crescimento, de outro. Esta abordagem é importante sobretudo nos países em desenvolvimento, em que a solidez das instituições, a segurança jurídica e a previsibilidade das ações do governo são, em geral, negligenciadas. Pode haver crescimento econômico em regimes autoritários, mas ou o prazo de validade se esgota ou há uma ruptura que leva a maior abertura política. Democracias com instituições sólidas, ambiente político estável e regras jurídicas definidas são mais atraentes para os investimentos, o comércio e o consumo no longo prazo. Principalmente porque em um mundo globalizado – com processos produtivos fragmentados geograficamente – os ambientes de incerteza afugentam investidores, dificultam o intercâmbio de inovações e frustram a geração autóctone de conhecimento e tecnologia.

Por outro lado, em uma economia integrada ao mundo e, portanto, à dinâmica da globalização, não se pode isolar o crescimento econômico da estabilidade monetária e da previsibilidade de variáveis como câmbio e juros. Mesmo que um país adote medidas protecionistas de caráter pontual e temporário, não faz mais sentido hoje buscar políticas de reserva de mercado e proteção tarifária tornando-o autárquico e fechado aos fluxos mundiais de comércio e tecnologia. No limite, economias autárquicas ou desapareceram (União Soviética e Leste Europeu) ou estão em estado terminal (Coreia do Norte, Cuba e Venezuela). Sem falar nos países párias que estão envolvidos em permanente convulsão e guerra civil.

O Brasil vive um momento decisivo de sua História. Tivemos o legado recente de uma década de economia estagnada, altas taxas de desemprego e inflação fora de controle, decorrentes de uma política econômica errática e retrógrada. Somem-se a isso os níveis de corrupção – de ousadia nunca vista antes na História desse país – e as tentativas de desestabilização de instituições republicanas. No momento em que a política econômica retoma o bom senso – com uma tímida, porém consistente, retomada do crescimento, queda efetiva da inflação e retomada do emprego, o problema é a incerteza política que assombra o País. As próximas eleições presidenciais batem de frente com quaisquer tentativas de reformas mais profundas que o País necessita, como, por exemplo, a da Previdência.

Isto porque, o grau de incerteza política aumenta pela falta de coragem dos candidatos para encarar a dura realidade das contas públicas e do endividamento. A negligência com reformas fundamentais e a falta de confiança para investir nos farão patinar por mais tempo na estagnação. O panorama político é desolador, muito embora muito se tenha feito no combate à corrupção, com juízes federais, Ministério Público e Polícia Federal empenhados em seu trabalho. É lamentável, porém, que a nossa Suprema Corte tenha se politizado e se vulgarizado e se arriscado a comprometer sua credibilidade – fundamental para a segurança jurídica – gerando ainda mais dúvidas e incertezas.

A negligência com reformas fundamentais e a falta de confiança para investir nos fará patinar por mais tempo

A questão que se coloca hoje é a de como desvencilhar desta degradação política as atividades econômicas, as decisões de investir e a segurança dos agentes econômicos. Como elevar a taxa de investimentos, com os governos nos três níveis quebrados e com investidores, exceções à parte, sem segurança quanto ao futuro imediato? E o que dizer do imenso volume de recursos que circulam no mundo, pequena parte dos quais poderia ser atraída para investir? E como inserir o país na dinâmica da economia mundial, com níveis de produtividade no geral tão baixos e acesso restrito às tecnologias de ponta?

Obviamente os candidatos a presidente deveriam saber responder. Mas, com este nível de indignação e alienação no debate político, não esperamos que, a não ser por milagre, surja um grande estadista para conduzir o País nesta difícil travessia.

As armadilhas sino-americanas

Valor Econômico - 19/06/2018

Laura Tyson

Com sua ambiciosa estratégia Made in China 2025, a China deixou claro seu objetivo de garantir liderança econômica mundial nos setores de tecnologia avançada. Isso a coloca em concorrência direta com os Estados Unidos - que

atualmente lideram nesses setores - nesta que desponta como uma guerra fria não declarada em torno de tecnologias com aplicações tanto comerciais quanto militares.

Com seus investimentos nessas tecnologias de duplo uso, a China tenta mais do que concorrer comercialmente com os EUA; tenta também obter maior poder militar e geopolítico. E lançou mão de vários métodos - como a fragilidade da proteção à propriedade intelectual, as transferências tecnológicas como condição para a formação de "joint ventures" com parceiros chineses, evasão de controles sobre as exportações e assédio regulatório - a fim de adquirir essas tecnologias dos EUA e de outros parceiros comerciais.

As intenções e práticas da China são, há muito, um fator de irritação nas relações sino-americanas. A investigação comercial conhecida como Artigo 301, lançada pelo governo do presidente Donald Trump no ano passado, denunciou que as políticas comerciais e industriais da China, que fornecem vantagem a setores tecnológicos determinados, infringem tanto a legislação comercial americana quanto a internacional.

O relatório sobre o Artigo 301 recomenda coibir esse comportamento por meio da imposição de tarifas de 25% sobre uma série de produtos exportados pela China - num valor total de cerca de US\$ 50 bilhões -, que, supostamente, se beneficiariam dessas políticas.

No que tange à tecnologia e ao comércio com a China, existem preocupações legítimas de segurança nacional que são ainda mais relevantes, porque as tecnologias desenvolvidas por empresas americanas para fins comerciais rivalizam cada vez mais com as desenvolvidas para fins militares em áreas-chave, como realidade virtual, reconhecimento facial e drones. Mas tarifas não são a solução.

Muitos dos produtos exportados pela China atingidos pelas tarifas do governo Trump são produzidos por "empresas financiadas externamente" operantes na China, e companhias americanas e outras não chinesas são os principais investidores. Além disso, esses produtos - entre os quais 86% das importações pelos EUA de produtos eletrônicos e de computação procedentes da China, 63% de equipamentos e componentes eletrônicos, e 59% de maquinário não elétrico - normalmente incorporam insumos ou equipamentos de alto valor produzido por empresas estrangeiras (frequentemente americanas) fora da China.

Isso significa que o valor agregado a produtos tecnológicos "produzidos" na China é consideravelmente menor que o valor dessas exportações.

Portanto, se as tarifas não conseguem fazer frente às violações da legislação comercial americana e internacional pela China, quais são as medidas que conseguiriam? Um relatório especial sobre semicondutores - essencial para a segurança nacional e a competitividade econômica dos EUA - para o Conselho

de Assessores em Ciência e Tecnologia (PCAST, nas iniciais em inglês) do presidente Barack Obama fornece algumas respostas.

O relatório, escrito por um grupo suprapartidário de empresas e dirigentes acadêmicos (eu fui um de seus membros), propôs que os EUA atuassem juntamente com seus aliados a fim de fiscalizar o cumprimento da legislação internacional, de pressionar a China a cumprir suas obrigações para com a Organização Mundial de Comércio e de fortalecer os controles sobre as exportações e as restrições ao ingresso de investimentos. União Europeia, Japão, Coreia do Sul e Taiwan têm papéis destacados na cadeia mundial de suprimentos de semicondutores e alguns deles já enrijeceram a segurança sobre o fluxo de semicondutores com propriedade intelectual para a China e sobre a aquisição de empresas de semicondutores por investidores chineses.

O relatório do PCAST recomenda que os EUA adotem tática semelhante, calibrando os controles sobre as exportações e limites ao ingresso de investimentos de acordo com o comportamento da China. A proposta legislação bipartidária para expandir a jurisdição da Comissão de Investimentos Estrangeiros dos EUA (que analisa fusões e aquisições de empresas americanas por entidades externas) para um leque mais amplo de investimentos - inclusive alocações chinesas de capital de risco e de private equity nos EUA - é coerente com essa recomendação.

O relatório do PCAST reconhece que os EUA não podem impedir a China de aspirar a políticas industriais destinadas a erigir seus setores de tecnologia avançada. Afinal, no século XIX, muitos países, entre os quais os EUA, empregaram essas políticas para erigir suas bases industriais. E, como confirma a recente ameaça de sanções dos EUA (atualmente revertida) à empresa telecomunicações chinesa ZTE, a China não pode depender de um fornecimento confiável de insumos decisivos dos EUA; tem de contar com seus próprios recursos.

O desafio para a política comercial americana é garantir que as políticas chinesas cumpram as regras da OMC, inclusive a exigência de notificar outros países sobre programas de subsídios e a proibição à adoção de táticas necessariamente prejudiciais à outra parte, como o roubo de propriedade intelectual, a transferência tecnológica forçada e práticas discriminatórias de compras governamentais de produtos e serviços de empresas privadas.

Finalmente, o relatório do PCAST chama a atenção para a necessidade de os EUA reagirem ao desafio da China em semicondutores com uma política industrial própria. Essa política deve incluir impostos menores à pessoa jurídica, mais financiamento à pesquisa e desenvolvimento básicos, mais investimentos em desenvolvimento de talentos e apoio federal a uma série de programas "mirabolantes" em áreas como sistemas de biodefesa, redes de detecção de ameaças e uma rede elétrica bem-distribuída.

A história é repleta de exemplos da Armadilha de Tucídides, isto é, de tensões entre potências ascendentes e potências tradicionais que entram em escalada

e redundam em conflito militar. Em vez de permitir que a intensificação do tecnonacionalismo empurre a China e os EUA na direção dessa armadilha - com consequências devastadoras para o mundo inteiro -, os EUA precisam de políticas inteligentes e calibradas para negociar com a China em produtos de alta tecnologia.

Mudanças de cenário

O Globo - 19/06/2018

Míriam Leitão

O Banco Central deve manter a taxa de juros na reunião desta semana, mas espera-se alguma indicação sobre o futuro da relação entre o câmbio e a política monetária. Na reunião em que os juros caíram para 6,5%, o dólar estava cotado a R\$ 3,29. De lá para cá, houve a greve do transporte de carga que pressionou os preços. A incerteza internacional também subiu. Tudo está em alteração na economia.

Desde que os juros caíram para 6,5% em 21 de março, o dólar já subiu 13,9%. No dia 21 de maio, quando teve início a greve, o mercado financeiro ainda esperava crescimento de 2,46% para o PIB de 2018, de acordo com a pesquisa feita semanalmente pelo Banco Central junto a bancos e consultorias. Ontem, o número já havia caído para 1,76%. Alguns economistas sustentavam, quando começou a paralisação, que os efeitos seriam pontuais e reversíveis.

Quem subestimou esse impacto já teve tempo de rever suas previsões. Primeiro porque aumentou a fragilidade fiscal do governo com as concessões feitas ao setor e as contas de 2019 ficaram ainda mais nebulosas. Depois porque os choques secundários permanecem na economia provocados pela novela do frete, que tem gerado um desdobramento por dia. A circulação de mercadorias não voltou completamente à normalidade e certos preços ainda não recuaram ao patamar anterior, o que tem provocado a retração do consumo.

Com isso, as projeções para o crescimento do PIB têm desabado. Normalmente, a mediana das projeções cai devagar. Desta vez em duas semanas mudou completamente a previsão do ano. Nem tudo é efeito da greve, nesse meio tempo, o IBGE também divulgou o PIB do primeiro trimestre, com um crescimento de apenas 0,4% sobre o quarto trimestre de 2017. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior houve forte desaceleração, de 2,1% para 1,2%. Os números já mostravam que a economia havia perdido fôlego nos três primeiros meses do ano.

A sondagem dos investimentos feita pela FGV apontou uma forte queda de 7,6 pontos no segundo trimestre, em relação ao primeiro. A confiança dos empresários e dos consumidores também caiu pelo segundo mês seguido, no último indicador divulgado pela FGV, de maio, e deve continuar em queda. Os índices de confiança do mercado financeiro, ou seja, dólar, bolsa, juros futuros,

também apontaram para essa direção. O risco-país, medido pelo CDS de cinco anos, subiu de 141 pontos, na mínima do ano em janeiro, para 269 pontos, na máxima, atingida ontem.

Algumas instituições do mercado financeiro chegaram a apontar a possibilidade de os juros subirem, porém o grupo que prevê isso é minoritário. De todo modo, há uma expectativa em torno do que será o comunicado do Banco Central para o futuro da política monetária.

Esta semana sai a prévia da inflação de junho, e a previsão é que o IPCA-15 deve ficar em torno de 1%. Os índices de junho vão captar inteiramente a inflação provocada pela greve, mas certamente o patamar voltará a cair nos meses seguintes. Esse choque pegou a economia com a inflação bem abaixo do centro da meta, portanto não é isso que preocupa, e sim o fato de que a partir dos últimos eventos — a greve, a volatilidade do dólar, o impasse da tabela de fretes — houve uma redução da confiança de empresários e consumidores e a economia se enfraqueceu novamente quando estava no caminho de uma recuperação, ainda que lenta.

O início do processo de barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos às importações de produtos chineses tem efeitos imprevisíveis, mas certamente não serão bons para a economia mundial. Até porque o governo Trump tem também espalhado conflito entre outros parceiros. Os Estados Unidos exportam mais para o Canadá do que para a China. E também impuseram tarifas sobre alguns produtos canadenses. Para piorar, o presidente Trump reagiu de forma grosseira à declaração do primeiro-ministro Justin Trudeau de que pode retaliar. A perspectiva de uma guerra comercial, ou uma série de conflitos entre a maior economia do mundo e seus principais parceiros comerciais não é boa. Quando o comércio mundial se retrai, por elevação do protecionismo, o ritmo de crescimento econômico global também diminui. E isso afeta todos os países, ainda que pontualmente possa haver ganho para um ou outro país.

Liquidação de estatais

O Globo - 19/06/2018

José Casado

Depois da Copa vai ter empresa estatal à venda por apenas R\$ 50 mil. É valor igual ao de um carro zero ou de 110 cestas básicas de alimentos no mercado carioca. A queima de inverno está marcada para a manhã de quinta-feira, 26 de julho, em São Paulo. O governo vai leiloar seis distribuidoras de energia que atendem ao Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima.

Elas são responsáveis por 29% do abastecimento nacional de eletricidade. Atendem 13 milhões de pessoas numa área onde caberiam o Peru, a Colômbia e o Equador. Integram a galáxia de 178 subsidiárias da estatal Eletrobras, cujas dívidas ultrapassam R\$ 30 bilhões. do programa liquidação Estão há de é

mais para privatizações. de valer duas — décadas anuncia-se Desta vez, na vitrine em porém, Brasília. a Se não houver interessados em pagar 52 salários mínimos por cada uma das seis distribuidoras, elas serão liquidadas. Literalmente. E as concessões serão vendidas ainda neste ano.

Essas estatais perdem cerca de R\$ 1 milhão por dia, à média de R\$ 690 por minuto. Para vendê-las a preço simbólico (R\$ 50 mil cada), o Tesouro Nacional precisou deglutir R\$ 11,2 bilhões em dívidas. Há outros R\$ 8 bilhões pendentes.

Mantê-las funcionando tem custado R\$ 7,4 milhões por dia, durante os últimos 18 meses. Ou seja, recebem R\$ 5,1 mil por minuto para se manter de portas abertas no negócio de eletricidade em seis estados do Norte e do Nordeste.

Elas abrigam 11 mil empregados e são pródigas em remunerações. Pagam prêmios por produtividade — participação nos lucros —, embora registrem perdas crescentes há mais de uma década.

Na distribuidora alagoana, a folha salarial consome Eletrobras, os últimos 65% cinco BNDES, do anos custo TCU gastando operacional, e CGU. mais Ela atravessou com segundo prêmios sobre lucros inexistentes do que investindo em linhas e subestações para distribuição de energia. Instaladas nas regiões mais pobres do país, essas seis subsidiárias da Eletrobras cobram dos seus clientes tarifas 9% acima da média nacional. E prestam um péssimo serviço de abastecimento, segundo a Aneel, agência setorial. No Amazonas, por exemplo, só três em cada dez áreas de consumo não convivem com apagões. O curto-circuito financeiro foi precipitado pelo governo Dilma Rousseff, cujo projeto para um capitalismo de estado sob hegemonia do PT incluiu corte de 20% nas tarifas, combinado com a imposição de investimentos de R\$ 60 bilhões à Eletrobras. O legado está aí, no prejuízo socializado via preço da eletricidade, hoje um dos mais altos do planeta.

Por trás desse quadro há um histórico de manipulações do setor de energia, na qual se misturam interesses de partidos (MDB, PT, PSDB, PCdoB, PR e PP, entre outros), de corporações associadas à CUT e à Força Sindical, e de grupos de consumidores e fornecedores privilegiados na política regional.

Energia virou mercadoria em balcões políticos. Projetos como o da usina de Belo Monte, no Pará, multiplicaram propinas no PT e no MDB. Por razões semelhantes, no Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima, estatais não cobram, nem recebem, por um de cada quatro quilowatts que distribuem. A memória dessa destruição do patrimônio público vai à queima de inverno. Sem culpados reconhecidos. Por R\$ 50 mil.

A memória da destruição do patrimônio público na Eletrobras vai à queima de inverno. Sem culpados reconhecidos. Por cinquenta mil reais

Quem paga a conta é o contribuinte

O Globo - 19/06/2018

Mário Conforti e Carlos Alexandre Guimarães Pessoa

A greve dos caminhoneiros terminou, mas os seus efeitos nefastos ainda não foram totalmente sentidos, tampouco foram entendidos por completo. Além do custo nas contas do governo com a redução forçada de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, há um fato ainda pouco conhecido pela opinião pública, que é a chamada Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas instituída pela malfadada Medida Provisória 832, de 27 de maio de 2018 — editada em função da capitulação do governo frente ao “movimento” dos caminhoneiros.

Na esteira da referida MP 832, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) baixou a Resolução nº 5.820, de 30 de maio de 2018, por meio da qual apresentou ao mercado a tabela com preços mínimos vinculantes para a contratação de transporte rodoviário de cargas. Vinculante significa obrigatório, pois, caso não sejam observados os preços mínimos determinados pela ANTT, o contratante do transporte rodoviário de cargas será autuado e deverá “indenizar o transportador em valor equivalente ao dobro do que seria devido, descontado o valor já pago”, nos exatos termos do parágrafo 3º do artigo 5º da MP 832.

Até a edição da MP 832, a ANTT se limitava a apresentar uma metodologia e parâmetros para o cálculo dos custos do frete do serviço de transporte rodoviário de cargas, conforme se verifica da revogada Resolução nº 4.810, de 19 de agosto de 2015. Sem dúvida, a metodologia e os parâmetros divulgados pela ANTT tinham uma função importante na análise dos custos de qualquer negócio dependente do transporte rodoviário de cargas — o que, no Brasil, engloba quase 100% das atividades econômicas em razão da vergonhosa ausência de infraestrutura ferroviária e aquaviária. Todavia, no momento em que o governo decide intervir no mercado estabelecendo preços mínimos para a contratação de um serviço eminentemente privado, cria-se uma distorção cujo resultado é o aumento no preço final dos produtos para os contribuintes/consumidores.

Nada obstante o poder-dever da ANTT para, dentre outros, regulamentar e fiscalizar a atividade de transporte terrestre, não se pode admitir a intervenção inoportuna do poder público na atividade privada, sobretudo, quando tal intervenção visa a atender a reivindicação de um determinado grupo (os caminhoneiros) em detrimento de todo o restante da sociedade brasileira. O contrato de transporte, repita-se, possui natureza privada e é regulado pelo Código Civil. O contratante do frete e o transportador (caminhoneiro autônomo ou transportadora) devem ter liberdade para contratar, estabelecendo o preço que entenderem adequado para a prestação do serviço e, principalmente, considerando as margens de lucro que reputarem pertinentes à atividade em função dos custos. Ao criar e impor preços mínimos vinculantes, o governo interfere diretamente na transação privada entre o contratante do frete e o

transportador, estabelece uma condição artificial no mercado e distorce, forçadamente, o custo do serviço de transporte rodoviário de cargas.

Já há notícias de aumentos de mais de 100% no valor dos fretes. Diante dessa situação esdrúxula, muitas empresas estão postergando ou deixando de contratar o transporte para a sua produção, o que reduz e prejudica a atividade econômica como um todo (menos oferta, preço mais alto). As empresas que contrataram já considerando os novos valores impostos pela ANTT repassarão, na mesma proporção, esse aumento pela cadeia produtiva e, no final das contas, quem pagará por isso será o contribuinte/consumidor. Não fosse somente isso, a MP 832 ainda gera uma insegurança jurídica no mercado na medida em que se tem a possibilidade de as contratantes do serviço de transporte rodoviário de cargas virem a ser autuadas e punidas com o pagamento do dobro (por que o dobro?!) do valor do preço mínimo do frete.

Não é demais lembrar que o Brasil é um país capitalista e possui uma economia de mercado, na qual a livre iniciativa constitui não só fundamento da ordem econômica (art. 170 da Constituição), como é princípio fundamental da própria República (art. 1º, inciso IV da Constituição). Portanto, o governo não deveria se meter nesta seara, definitivamente, mostrando-se tal intervenção ao mesmo tempo inconstitucional e perversa para a sociedade.

Não se pode admitir a intervenção do poder público na atividade privada, sobretudo quando visa a atender a um grupo (os caminhoneiros) em detrimento do restante da sociedade

Copa 1: No legado da infraestrutura, o Brasil também perdeu por 7 a 1 Correio Braziliense - 19/06/2018

Mercado S/A

Em tempos de Copa do Mundo, nunca é demais lembrar o legado do Mundial realizado quatro anos atrás, no Brasil. Legado? Não é bem assim. No quesito infraestrutura, os brasileiros sofreram outro 7 a 1. Até agora, 50 obras viárias prometidas para o evento não foram concluídas, como o alargamento de avenidas, construção de corredores de ônibus e estações de trem e metrô. Em Cuiabá, a falta de zelo com o dinheiro público é escandalosa: o VLT, que deveria estar pronto em 2013 (um ano antes da Copa, portanto) já consumiu R\$ 1 bilhão e até agora apenas 30% da obra foi concluída. Em Salvador, a ampliação do aeroporto não saiu. Novos estádios, como a Arena das Dunas (foto), em Natal, e a Arena Amazônia, em Manaus, estão às moscas. Ou melhor, foram entregues aos mosquitos, tornando-se campo fértil para a proliferação dos transmissores de dengue e zika. No Rio, a situação das obras para a Olimpíada de 2016 não é muito diferente. O Brasil perdeu duas grandes oportunidades – e paga por isso até hoje.

Rubens Menin é o primeiro brasileiro a receber prêmio internacional da EY

Poucos empresários brasileiros podem ser orgulhar de receber reconhecimento internacional. Presidente do Conselho da MRV Engenharia, o mineiro Rubens Menin é um deles. Menin faturou o World Entrepreneur of the Year, prêmio promovido pela EY (Ernst & Young) para homenagear empreendedores que se destacaram no ambiente de negócios de seus países. É a primeira vez que um profissional da América do Sul é eleito entre os destaques do ano. O evento, realizado em Mônaco, reuniu empresários de 46 países.

“Eu não vim a este mundo para trabalhar. Não quero morrer no escritório, quero morrer na praia”

Jack Ma, fundador do e-commerce chinês Alibaba e dono de uma fortuna estimada em US\$ 27,6 bilhões

Multicoisas oferece desconto a franqueados

A varejista Multicoisas, especializada em utilidades domésticas, está disposta a multiplicar a rede a qualquer custo. Por ordem do CEO Fabian Magalhães, a empresa vai oferecer, entre 19 de junho e 6 de julho, 100% de desconto na taxa de franquia para novos investidores. O abatimento chega a R\$ 75 mil. Com isso, a companhia espera abrir 25 lojas, que se somarão às atuais 206. Segundo a empresa, o faturamento médio por estabelecimento é de R\$ 515 mil anuais.

US\$ 44,1 bilhões

é quanto movimentou o mercado legal de apostas on-line, segundo a consultoria Research and Markets. Para a Copa do Mundo, os sites que oferecem esse tipo de produto viram a demanda aumentar mais de 500%

Rapidinhas

» A japonesa Toyota, maior montadora do planeta, aumentará seus investimentos para incentivar a velha conhecida carona. Depois de pagar US\$ 1 bilhão pela Grab Holdings, empresa de compartilhamento de carros em Cingapura, cogita fazer o mesmo em países europeus e na América Latina, lançando suas próprias empresas ou adquirindo concorrentes.

» O Sebrae nacional criou um selo, denominado Arte, que será concedido por órgãos de saúde dos estados para produtores artesanais de alimentos. Segundo a entidade, a nova regulamentação desburocratiza a inspeção sanitária e facilita a fiscalização de produtos de origem animal, como pescados, leite, ovos, mel e cera de abelhas.

» Não é só o real que está ladeira abaixo entre as moedas dos países emergentes. Nos últimos dois meses, a cotação do peso argentino frente ao dólar despencou quase 30%. Nas últimas semanas, o mercado refez as projeções para o PIB do país em 2018. A estimativa agora é alta de 1,5%. No início do ano, era de 3%.

» A retomada é lenta, mas nem tudo está perdido. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a produção de itens de alta tecnologia cresceu 13% no primeiro trimestre diante de igual período de 2017. Ótima notícia: alta tecnologia, afinal, significa inovação.

A responsabilidade do BC

Correio Braziliense - 19/06/2018

Correio Econômico

O mercado vai testar até o último instante, mas dificilmente o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central cederá às pressões para aumentar a taxa básica de juros (Selic), que está em 6,50% ao ano, o nível mais baixo da história. Não há, no entender dos diretores do BC, nada que justifique a elevação dos juros neste momento. A inflação, que seria a razão principal para um ajuste na taxa Selic, está há quase um ano abaixo de 3%, o piso da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Mesmo com o dólar em alta, encerrará 2018 na casa de 4%, índice confortável segundo o modelo definido pela autoridade monetária.

Também não há crescimento econômico. Muito pelo contrário. Todas as estimativas estão apontando para uma forte desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB). O Itaú Unibanco chegou a projetar avanço de 4% neste ano. Agora, trabalha com um resultado próximo de 1%, que, se confirmado, já será uma grande vitória, dado o estrago provocado pela greve dos caminhoneiros. Mesmo com a paralisação suspensa, vários setores enfrentam dificuldades para retomar a rotina. Não por acaso, cresce o número de analistas prevendo queda do PIB entre abril e junho, trazendo de volta o fantasma da recessão.

O crescimento menor, por sua vez, tenderá a ampliar o desemprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a taxa de desocupação atingiu 12,9% no trimestre terminado em abril, com aumento de 0,7 ponto percentual em relação ao índice observado entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, de 12,2%. Mais de 13 milhões de brasileiros estão sem trabalho. Quando incluídos na conta aqueles com empregos precários, quase 28 milhões de cidadãos não têm renda suficiente para bancar despesas básicas.

Esses argumentos, inclusive, têm sido usados pelo presidente Michel Temer em conversas com integrantes da equipe econômica para enfatizar sua contrariedade em relação a um eventual aumento dos juros. “Será um desastre se o BC ceder às pressões do mercado”, vem afirmando ele. Na visão de Temer, desde o início, o Banco Central acertou na condução da política monetária. Tanto que levou a inflação para os menores níveis em duas décadas e conseguiu derrubar os juros de 14,25% para 6,50% ao ano. Para o presidente, “o que estamos vendo é um movimento especulativo contra o BC”, que não pode ser combatido com mais juros.

O governo reconhece — aí incluído o BC — que a disparada do dólar nas últimas semanas deve mexer com as estimativas de inflação, mas nada que

leve os números a descolarem das metas. Apesar de toda a pressão, o time do BC comandado por Ilan Goldfajn, acredita que a situação está sob controle e que as intervenções no câmbio têm sido suficientes para reduzir a volatilidade do dólar. Para o BC, o câmbio no Brasil é flutuante e deve refletir as condições do mercado, tanto para cima quanto para baixo. Mas os movimentos devem ser graduais, sem provocar distorções.

O dólar chegou a encostar nos R\$ 4, o que obrigou o BC a anunciar um arsenal que já chega a US\$ 50 bilhões em contratos de swap cambial, que consiste em venda da moeda norte-americana no mercado futuro. As portas estão abertas para que as intervenções superem os US\$ 110 bilhões. O Banco Central reconhece que as condições com as quais vinha lidando pioraram, devido ao aumento mais forte dos juros nos Estados Unidos e a guerra comercial travada entre o país de Donald Trump com a China. Há, ainda, incertezas sobre as eleições de outubro próximo, uma vez que os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de votos não mostram compromisso com reformas como a da Previdência Social.

Contudo, esse ambiente mais adverso não justifica aumento da taxa Selic, sobretudo se for levado em consideração que, até a última reunião do Copom, a aposta geral do mercado era de que haveria queda para 6,25%. A decisão do Copom de manter os juros em 6,50%, por sinal, foi questionada por muita gente. “A pergunta que todos nós fazemos no governo é o que mudou de tão profundo para que os juros aumentem. Tivemos a greve dos caminhoneiros, mas todas as consequências dela justificariam queda da Selic, não alta. Vamos ver avanço menor do PIB e desemprego maior. Nesse ambiente, não há pressão inflacionária”, afirma um técnico da equipe econômica.

No Palácio do Planalto, todos ressaltam que o BC tem total autonomia para definir os juros. O bom-senso, no entanto, justifica a manutenção da Selic. O que o mercado quer, neste momento, é garantir ganhos maiores. Há, sim, riscos no horizonte. Mas o Copom terá tempo de sobra para avaliar, a cada 45 dias, até quando poderá sustentar a taxa básica da economia em 6,50% ao ano. Se, mais à frente, perceber o risco de a inflação se desvirtuar da meta, agirá com rapidez. O BC tem responsabilidade com o país, não está à mercê de um grupo de operadores que aposta no caos para se dar bem.

Vícios de um Brasil velho

Correio Braziliense - 19/06/2018

Pedro Lobato

É antiga a sabedoria de que a persistência no erro não fará dele um acerto. No Brasil, contudo, fazemos questão de desconhecer esse conhecimento, ora por ignorância, ora por conveniência — para não dizer má-fé. Desde o regime das capitanias hereditárias, quando amigos do rei foram aquinhoados com faixas de terra na colônia, desenvolvemos o vício de obter favores do poder público.

Talvez venham daí algumas de nossas manias, como a de tentar tirar do coletivo alguma vantagem pessoal, ou em favor de nosso grupo. Outra é achar que cabe ao Estado, e não ao meu esforço e ao meu trabalho honesto, o papel de melhorar minha qualidade de vida. Ambas partem da fantasia de que o dinheiro que não nasce em árvore é só o meu, pois o dos outros e, principalmente, o do governo, é inesgotável. Assim, todas as soluções têm de passar pelo Estado, apesar de sua sabida ineficiência.

Essas crenças e manias vêm, portanto, de um Brasil velho ao qual recorreremos com frequência, sempre que enfrentamos algum problema, especialmente na economia. E isso nos tem levado a soluções inadequadas e a verdadeiras trapalhadas, que acabam gerando mais problemas.

Os imbróglios mais recentes vieram na carroceria da greve dos caminhoneiros. Há muitos anos não se ouvia a expressão popular “pior a emenda que o soneto” — até porque hoje quase ninguém mais sabe o que é um soneto. De fato, se a greve foi um erro (não dos caminhoneiros, mas do governo), a solução que se deu a ela foi um mau passo à moda antiga.

Experiências amargas sofridas por governos recentes deveriam ter ensinado aos mandatários de plantão que greve que bloqueia rodovias com centenas de caminhões deve ser evitada com negociações rápidas. Uma vez deflagrada, ela fica fora de controle da autoridade e, por isso mesmo, torna-se uma porta aberta a oportunistas e chantagistas de toda sorte.

Clássicas trapalhadas

Por não ter aprendido nada, muito menos que a arrogância é má conselheira, o governo foi obrigado a uma capitulação humilhante. Acabou lançando mão de recursos do Brasil antigo: subsídios e tabelamentos, clássicas trapalhadas que nunca deram certo. Sacrificam as contas públicas e desarranjam a economia. A sociedade vem, aos poucos, percebendo o preço do acordo e, principalmente, quem, ao final, vai pagar por ele.

O custo estimado dos subsídios de 46 centavos por litro do óleo diesel será de R\$ 13,5 bilhões até o fim do ano. Para cobrir essa despesa, o governo extinguiu várias benesses fiscais (isenções e reduções de impostos) concedidas a determinados segmentos industriais.

Eram frutos de políticas de estímulos não horizontais a setores eleitos ou que souberam exercer pressão sobre os últimos governos. Essa extinção é, pois, ferida nova, aberta em campo minado há mais tempo por intervenções equivocadas.

Condenadas pelas melhores escolas de economia do mundo moderno, essas práticas, além de criarem distorções internas na economia do país, são difíceis de serem abolidas. Muitas empresas se acomodam a elas e se sentem dispensadas de investir no aumento da competitividade. Há até as que ameaçam o governo com desemprego em massa só para manter o benefício.

A outra trapalhada, a do tabelamento do frete, imposta pelos caminhoneiros e aceita pelo governo, beira o ridículo ao expor o amadorismo dos negociadores palacianos. Pouco depois de publicarem uma tabela, tiveram de torná-la sem efeito. Uma segunda tabela não durou nem 24 horas e também caiu. Voltou a valer a primeira, enquanto se providencia uma terceira. Essa pode demorar mais. Tudo foi paralisado depois que representantes do setor produtivo, principalmente da agricultura e pecuária, recorreram à Justiça contra o tabelamento.

Tabelamento arcaico

Como ocorre com quase toda contenda importante no Brasil, também essa foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), numa clara demonstração de falta de liderança, de competência e de responsabilidade dos demais poderes. O ministro Luiz Fux, relator do caso, marcou para amanhã uma audiência com as partes para tentar uma solução. Com todo o respeito, lembra crianças brigando por um brinquedo e requisitando a interferência da professora.

Na verdade, o país acaba de passar pela maior recessão econômica de sua história recente e isso nos tornou mais pobres. Todos perdemos, mas nem todos aceitam pagar a conta. Quem tem poder de pressão, como as castas privilegiadas do setor público e os grupos organizados da iniciativa privada, tenta empurrar a conta para o governo. Este, por sua vez, transfere o custo para a população, ora elevando tributos, ora reduzindo obras e piorando os serviços.

Fretes e combustíveis não fogem à regra. O tabelamento é tentativa de forçar aumento de preços em favor de uma das partes da cadeia produtiva, em prejuízo de todas as outras e do consumidor. Trata-se de prática que o senso comum já tinha abolido, mas que, ao que parece, continua nos sonhos mais ingênuos daqueles que julgam ser possível abolir a lei da oferta e da procura. Isso não funciona. Nem mesmo no Brasil.

Trump ameaça tarifar até US\$ 400 bi de bens da China **O Estado de S. Paulo - 19/06/2018**

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China ganhou ontem mais um capítulo. O presidente americano, Donald Trump, fez novas ameaças ao governo chinês. Depois de pedir ao Escritório do Representante Comercial (USTR, na sigla em inglês) que estudasse a imposição de tarifas de 10% sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses, Trump comentou que, se houver nova retaliação por parte de Pequim, “adotaremos tarifas adicionais sobre outros US\$ 200 bilhões em bens”. O total, portanto, poderia chegar a US\$ 400 bilhões.

A China não demorou a responder e endureceu o tom, admitindo pela primeira vez de maneira oficial que está em “guerra comercial” com os EUA. Em comunicado no qual critica a nova ameaça americana, o Ministério do Comércio chinês afirmou que Pequim terá de adotar “medidas abrangentes” se

Washington prosseguir com o plano de tarifar em 10% o montante de até US\$ 400 bilhões de mercadorias compradas do país.

Na sexta-feira, a Casa Branca anunciou tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões em produtos chineses alegando “roubo de propriedade intelectual”. De acordo com o governo Trump, essas barreiras foram impostas “para encorajar a China a mudar práticas injustas quanto à tecnologia e inovação”. Poucas horas após o anúncio, a China anunciou que também retaliaria as ações dos EUA no mesmo nível.

Desvantagem. Em comunicado divulgado ontem à noite, Trump afirmou que o movimento adotado pelo governo chinês “indica claramente sua determinação em manter os EUA em permanente e injusta desvantagem, o que se reflete em nosso enorme desequilíbrio comercial de US\$ 376 bilhões em mercadorias”.

No documento, o republicano se refere à ação chinesa como “inaceitável” e diz que as tarifas impostas por Washington têm como finalidade incentivar a China a mudar práticas comerciais desleais, abrir o mercado aos produtos americanos e aceitar uma relação comercial mais equilibrada com os Estados Unidos.

Trump ressaltou que tem um “excelente relacionamento” com o presidente chinês, Xi Jinping, e afirmou que os dois continuarão trabalhando juntos em muitas questões. No entanto, o americano enfatizou que ninguém mais vai tirar vantagem dos EUA no comércio. “Nem a China nem outros países do mundo. Continuaremos usando todas as ferramentas disponíveis para criar um sistema de negociação melhor e mais justo para todos os americanos.”

Na tarde de ontem, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, disse que a China está engajada em uma “economia predatória de nível sem precedentes de furto de propriedade intelectual”. Durante evento em Detroit, Pompeo também comentou que as recentes afirmações de Pequim sobre “abertura e globalização” são “uma piada”.

Mercosul pressiona Venezuela a aceitar ajuda humanitária

O Estado de S. Paulo - 19/06/2018

Líderes do Mercosul assinaram ontem uma declaração para pressionar a criação de canais de acesso de ajuda humanitária na Venezuela. O documento pede que o governo venezuelano coordene com a comunidade internacional o estabelecimento de canais para “aliviar a crise social e migratória” e crie um intercâmbio de informação epidemiológica com países da região.

“Considerando o crescimento dos fluxos migratórios de venezuelanos, ante a deterioração das condições de vida da Venezuela, sublinhamos a necessidade de coordenar esforços para dar respostas consistentes com a dignidade e a preservação dos direitos fundamentais dos migrantes”, diz o texto. Em agosto

de 2017, a Venezuela foi suspensa do Mercosul por ruptura da ordem democrática.

Mais cedo, o presidente Michel Temer anunciou que vai amanhã a Roraima inspecionar pontos de atendimento a refugiados venezuelanos. Temer viajará acompanhado do líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR). Ele disse que o Brasil tem recebido “milhares” de venezuelanos que buscam uma vida melhor” e “não tem poupado esforços” para recebê-los, garantindo que o Brasil oferece comida, remédio, abrigo e uma carteira de identidade transitória.

No domingo, durante reunião preliminar do Mercosul, o chanceler Aloysio Nunes lamentou que o regime venezuelano “persista na violação sistemática dos princípios constitutivos do Mercosul”. “Reitero em alto e bom som a solidariedade do Brasil com o querido povo da Venezuela, sentimento que sei que é partilhado pelos demais membros do bloco”.

Ontem, Temer também defendeu que o Mercosul atue em conjunto no combate ao crime organizado. “O crime organizado hoje não é mais nacional, é transnacional. Creio que o Mercosul possa ajudar a fazer a diferença nesse flagelo”, disse o presidente, afirmando que a segurança pública é prioridade de seu governo.

UE e Austrália negociam acordo de livre comércio

Valor Econômico - 19/06/2018

A União Europeia (UE) e a Austrália iniciaram negociações para um acordo de livre comércio ontem, como parte de esforços de aliados dos Estados Unidos para combater consequências de políticas protecionistas do presidente americano, Donald Trump.

A comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmström, chegou esta semana a Camberra, para promover uma ofensiva global do bloco europeu, após a conflituosa cúpula do G-7 no Canadá.

"O momento é desafiador, por isso é muito bom ver que a Austrália compartilha nosso compromisso com uma agenda comercial positiva e com a ideia de que os bons acordos comerciais são 'win-win'", disse Malmström, que na quinta-feira segue para a Nova Zelândia.

Tarifa chinesa a petróleo dos EUA pode afetar mercado

Valor Econômico - 19/06/2018

A ameaça da China de impor uma sobretaxa às importações de petróleo dos Estados Unidos vai afetar um negócio que se saiu muito bem nos últimos dois anos, e que agora representa quase US\$ 1 bilhão por mês.

Numa escalada da disputa comercial com a maioria de seus grandes parceiros comerciais, incluindo a China, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou

na semana passada sua decisão de impor tarifas sobre US\$ 50 bilhões em importações chinesas, a partir de 6 de julho.

Na sexta-feira, a China disse que iria retaliar impondo tarifas sobre várias commodities americanas, incluindo o petróleo.

Investidores acreditam que a disputa prejudicará as empresas de petróleo dos EUA. Desde sexta-feira, as ações da ExxonMobil acumulam uma queda de 1,3%, enquanto os papéis da Chevron recuam 0,4%.

"Essa escalada da guerra comercial é perigosa para os preços do petróleo", disse Stephen Innes, diretor de operações da corretora de futuros OANDA para a Ásia/Pacífico. "Vamos esperar que os ânimos esfriem, mas não estou muito otimista", acrescentou ele.

A disputa entre os EUA e a China ocorre num momento decisivo para os mercados de petróleo. A redução voluntária na oferta liderada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pela Rússia, que não faz parte do cartel, iniciada há um ano e meio, ajudou a reduzir o excesso de oferta e os estoques globais, impulsionando os preços da commodity.

A possível queda das exportações de petróleo dos EUA para a China beneficiaria outros produtores, especialmente os da Opep e a Rússia. A Arábia Saudita, membro mais importante da Opep, e a Rússia indicaram na sexta-feira que vão rever a restrição da oferta e que estão começando a aumentar suas exportações.

Uma redução das compras chinesas de petróleo americano também poderá beneficiar o Irã, que Washington tenta conter com novas sanções anunciadas em maio. "Os chineses poderão simplesmente substituir parte do petróleo americano por petróleo iraniano", disse John Driscoll, diretor da consultoria JTD Energy Services.

"A China não está intimidada pela ameaça de sanções dos EUA. Os chineses não ficaram no passado. Portanto, nessa disputa diplomática, eles poderão simplesmente substituir o petróleo americano por petróleo iraniano. Isso obviamente deixaria Trump furioso", afirmou ele.

A resposta agressiva da China a Trump pegou parte do setor de surpresa. No último ano, as exportações de petróleo dos EUA para a China cresceram significativamente, graças a um aumento da produção nos últimos três anos - o que tornou os EUA uma boa alternativa para compensar o corte na oferta da Opep e da Rússia.

"Fomos pegos de surpresa pela inclusão do petróleo na lista", disse ontem um funcionário de uma grande empresa estatal de petróleo chinesa, que pediu para não ser identificado por não ter autorização para falar com a imprensa.

"Estávamos, na verdade, nos preparando para aumentar as importações de acordo com uma orientação anterior do governo", acrescentou ele, referindo-se à política decretada por Pequim este ano para ajudar a reduzir o déficit comercial dos EUA com a China.

As exportações de petróleo dos EUA, que vêm crescendo graças a um grande aumento da produção nos últimos três anos, eram vistas como uma alternativa viável de compensação ao corte da oferta pela Opep e Rússia.

Levantamento da Thomson Reuters Eikon mostra que os embarques de petróleo dos EUA para a China aumentaram muito em valor recentemente, passando de apenas US\$ 100 milhões por mês no começo de 2017 para quase US\$ 1 bilhão ao mês atualmente.

A ameaça de sobretaxa da China tornaria o petróleo americano mais caro em comparação ao de outras regiões, incluindo o Oriente Médio e a Rússia, e pode provocar uma ruptura num negócio que vem experimentando um forte crescimento.

"Com as políticas de Trump, estamos num mundo de realinhamento de alianças. A China não vai simplesmente engolir as tarifas dos EUA", diz Driscoll.

"Essa é a diplomacia do petróleo olho por olho, dente por dente", acrescenta ele. "O cartel Opep/ não-Opep é o maior beneficiário de toda essa diplomacia do petróleo. Ele vai reduzir consideravelmente a capacidade não ociosa do petróleo e provavelmente elevar os preços."

Trump ameaça taxar mais US\$ 200 bi em produtos da China

Valor Econômico - 19/06/2018

O presidente Donald Trump subiu ontem o tom contra a China e ameaçou sobretaxar mais US\$ 200 bilhões em importações chinesas. A medida é uma resposta à decisão de Pequim de retaliar na mesma medida as sobretaxas impostas pelos EUA a importações chinesas no valor de US\$ 50 bilhões, na semana passada.

Trump solicitou ao Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) que identifique US\$ 200 bilhões em produtos chineses que podem ser alvo de tarifa adicional de 10%.

As novas tarifas entrarão em vigor "se a China se recusar a mudar as suas práticas e também se insistir em avançar com as novas tarifas que anunciou recentemente", disse a Casa Branca em comunicado.

"Os EUA não serão mais usados no comércio pela China e outros países", disse Trump no comunicado. "Continuaremos usando todas as ferramentas

para criar um sistema de negociação melhor e mais justo para todos os americanos."

A decisão ocorre depois de o governo Trump anunciar na sexta-feira que os EUA imporiam tarifa de 25% a US\$ 50 bilhões em produtos chineses. Em resposta, a China anunciou uma sobretaxa de 25% à compra de 659 produtos americanos avaliados em US\$ 50 bilhões.

Para os EUA, agora é o momento certo para pressionar a China em relação por suas política comerciais, pois a economia americana está forte o bastante para absorver a incerteza decorrente das tensões bilaterais, disse o presidente do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca, Kevin Hassett.

A fala de Hassett ontem ocorre em meio à escalada da tensão comercial entre as duas maiores economias mundiais, e sugere que a Casa Branca deve ir em frente com a guerra comercial aos chineses.

As bolsas mundiais recuaram de novo ontem diante do temor de um conflito comercial amplo.

"Quando a incerteza é elevada, fica difícil para os americanos, e isso deprime um pouco a atividade", disse Hassett à CNBC. "Se no meio de uma crise acrescentarmos alguma incerteza sobre como essas negociações terminarão, isso seria muito prejudicial. Mas agora a economia está bastante aquecida".

Ao citar a GDPNow, estimativa do PIB para este trimestre compilada pelo Fed de Atlanta, Hassett disse que a economia está crescendo mais de 4% graças aos cortes de impostos neste ano e a um "boom" no investimento empresarial.

Ele se mostrou otimista, dizendo que a Casa Branca terá sucesso em sua política em relação à China, que visa reduzir o déficit comercial dos EUA e impedir que Pequim pratique supostos roubos de propriedade intelectual. "Estamos indo de um mundo antigo para um novo mundo. Vamos chegar a esse novo mundo, o que é uma mudança positiva na política comercial", disse. "Mas a incerteza sobre isso agora é, sem dúvida, notória."

Ontem o secretário de Estado, Mike Pompeo, disse que a China lança mão de práticas comerciais predatórias e que as recentes declarações de Pequim de que estava se preparando para abrir sua economia são "piada". Ele disse ainda que o roubo de propriedade intelectual dos EUA pela China "está em um nível sem precedentes."

Temer pede a presidente uruguaio que não feche as portas para acordo com UE

Valor Econômico - 19/06/2018

As dificuldades para acertar as bases de um tratado de livre comércio com a União Europeia levaram os presidentes de Brasil e Uruguai a demonstrar

abertamente suas diferenças sobre o tema durante a cúpula de chefes de Estado do Mercosul, ontem em Assunção.

Em discurso, o uruguaio Tabaré Vázquez, que assumiu a presidência pro tempore do bloco, mostrou-se descrente diante da intransigência europeia em certos temas. E foi rebatido em seguida pelo presidente Michel Temer, que de maneira pouco usual para um encontro desse tipo, citou nominalmente o colega ao dizer não se deve fechar as portas aos europeus.

"É lamentável e objetivamente certo que ainda não foi fechado acordo com a UE", disse Vázquez. "No Mercosul, trabalhamos para que o resultado final dessa negociação seja o melhor possível. Mas, quando se fala em dançar, não se dança sozinho. E nem tudo depende do Mercosul."

O presidente uruguaio fez alusão ao livro bíblico de Eclesiastes para afirmar que "tudo tem um tempo". "Não estamos dispostos a perder tempo com negociações eternas", afirmou. "Precisamos de capacidade técnica, mas acompanhada de vontade política real."

As negociações com os europeus já se arrastam por cerca de duas décadas, com diversas idas e vindas. O mais recente esforço começou já durante a gestão Temer, e até o fim do ano passado o clima era de otimismo. Esperava-se que um acordo pudesse ser firmado até o fim deste semestre. Porém, isso dificilmente ocorrerá.

Durante o encontro de chanceleres, no domingo, o uruguaio Rodolfo Nin Novoa disse ao microfone o que diplomatas já vêm afirmando reservadamente: que a janela de oportunidade para um acordo está se fechando.

Em seu discurso, Temer rebateu os vizinhos, dizendo que "na atividade política e econômica nem tudo se resolve de um dia para o outro, de um ano para o outro".

"Se me permite a ponderação, presidente Tabaré Vázquez, não devemos abandonar a ideia dessa aliança União EuropeiaMercosul", afirmou. "Fechar essa porta agora significa impedir o caminho das negociações que nestes últimos tempos, com todos os naturais embaraços, têm tido relativo sucesso."

Na semana passada, um negociador brasileiro disse ao Valor que, caso não um acordo não seja assinado até o fim de julho, o calendário eleitoral brasileiro e político da UE deve deixar as conversas "em banho-maria" até 2020.

Ontem, em Assunção, um auxiliar do presidente Temer afirmou acreditar que um "acordo político" ainda seja possível até o fim de julho. Ele crê, no entanto, que esse acordo com os europeus "não será um tão amplo quanto o que queríamos, mas será um equilibrado".

"Acordo político", explicou, foi um termo cunhado pela UE em negociações com o Japão, quando o bloco queria fazer algum anúncio, mas ainda não havia

nada assinado. Na prática, isso não significa a entrada em vigor de nenhuma medida de liberalização comercial, mas uma sinalização de que haverá algum acordo efetivo no futuro.

A cúpula foi esvaziada pela ausência do presidente da Argentina, Mauricio Macri. Ele ficou em Buenos Aires ocupado com a crise que o levou a mexer em sua equipe econômica nos últimos dias.

No comunicado conjunto, divulgado ao final do encontro, os países do Mercosul destacaram os avanços obtidos nas negociações com os europeus, mas manifestaram "a necessidade de contar com um compromisso político de ambas as partes para alcançar um acordo de benefícios mútuos para o desenvolvimento e a prosperidade de seus povos".

Em outro comunicado, o bloco exortou o governo venezuelano a coordenar com a comunidade internacional a abertura de canais para acesso de ajuda humanitária para o país. A Venezuela está suspensa do bloco desde o ano passado por violações à democracia.

Os presidentes do bloco pediram também que se estabeleça um sistema para o intercâmbio de informações epidemiológica com os países da região.

China aguenta o tranco das tarifas de Trump

O Globo - 19/06/2018

Graças às tarifas do presidente Donald Trump, os americanos em breve estarão pagando mais por uma ampla variedade de produtos feitos na China, e alguns poderão acabar comprando de outros países.

Por ora, a China pode aguentar isso. As tarifas anunciadas na última sexta-feira terão pouco impacto imediato na China: apesar do tamanho dos US\$ 50 bilhões em produtos envolvidos, isso representa só 0,4% da economia do país, que soma US\$ 13 trilhões, e os detalhes sugerem que o impacto pode ser ainda menor.

Pequim não mais depende tanto destas exportações e pode facilmente encontrar outro mercado além dos EUA para vender seus produtos.

Em algumas medidas, as tarifas são até menores do que as impostas por presidentes anteriores. Em seu primeiro ano na Casa Branca, Barack Obama determinou penalidade de 35% sobre carros e alguns tipos de pneus produzidos na China. Já George W. Bush impôs tarifas de até 30% sobre o aço importado no seu segundo ano de mandato.

As tarifas poderiam se espalhar, claro. Os EUA ameaçaram impor taxas em mais US\$ 100 bilhões de produtos fabricados na China e poderiam, em teoria, atingir mais US\$ 500 bilhões de itens, o montante total que os americanos compram do país asiático.

A China poderia retaliar com suas próprias tarifas nas exportações bem menores dos EUA, além de impor medidas punitivas contra empresas americanas fazendo negócios em território chinês.

Quaisquer medidas têm o risco de causar problemas na cadeia global de fornecimento de maneiras repentinas e inesperadas, ou poderiam gerar danos na confiança dos investidores para construir fábricas ou outros negócios nos dois países.

Os dois lados têm suas razões para evitar uma luta. Os EUA podem precisar da ajuda da China para manter sua paz incerta com a Coreia do Norte. Já Pequim tem questões como quebrar o vício do país no crescimento econômico impulsionado por dívidas sem comprometer a expansão do PIB. Alguns indicadores já mostram sinais de desaceleração, embora, se houver uma piora significativa, a China pode encontrar nas tarifas de Trump um bode expiatório conveniente.

Macron lança onda de privatizações

O Globo - 19/06/2018

Dando seguimento às transformações na economia francesa desde que chegou à presidência, Emmanuel Macron comandará agora a privatização de três empresas que, cada uma em seu campo, são de grande valor. A primeira é a Aéroports de Paris (AdP), que inclui os aeroportos da capital, Charles de Gaulle e Orly. As outras são empresas de loterias e apostas Française des Jeux (FdJ) e a de gás Engie. A receita obtida será usada para alimentar um fundo de € 10 bilhões para a inovação e para reduzir a dívida pública, que se aproxima de 100% do Produto Interno Bruto (PIB).

O plano de privatizações faz parte da lei Pacte (acrônimo de ação para crescimento e transformação das empresas), que o Conselho de Ministros aprovou ontem. O governo calcula que o Parlamento aprovará a lei entre o fim do ano e o começo de 2019. “O Estado não tem nenhuma vocação para dirigir empresas competitivas no lugar de acionistas, que têm as competências e o saber para fazê-lo melhor”, disse o ministro de Economia e Finanças Bruno Le Maire ao jornal “Les Échos” na semana passada.

Privatizações são quase um tabu na França, ainda que a de Macron não seja a maior. O governo que mais privatizou nas últimas décadas foi o de Jacques Chirac em seu primeiro mandato, de 1997 a 2002.

A França tem 50,6% das ações da AdP, 72% da FdJ e 24,1% da Engie — mas controla mais de um terço do direito de voto desta. Na AdP e na FdJ, o governo quer apenas deixar de ser sócio majoritário.

Cerca de 10% dos assalariados franceses (2,6 milhões) trabalham hoje em empresas que têm alguma participação do Estado, segundo o Tribunal de Contas. A cifra situa a França entre os quatro países da OCDE com a maior

proporção de assalariados em companhias públicas ou semipúblicas. Os outros são Eslovênia, Finlândia e Noruega.

Novo presidente do BC argentino age contra valorização do dólar

O Globo - 19/06/2018

Em seu primeiro dia atuando como novo presidente do Banco Central da República Argentina (BCRA), o ex-ministro das Finanças Luis Caputo conseguiu conter a corrida cambial das últimas semanas e reduzir a cotação do dólar em 0,45 centavos, para 28,40 pesos. Num ambiente de extrema preocupação, que levou o presidente Mauricio Macri a cancelar sua presença na cúpula de chefes de Estado do Mercosul, no Paraguai, o BCRA agora comandado por Caputo implementou uma série de medidas emergenciais que, em seu primeiro dia de aplicação, deram bons resultados.

Uma das medidas anunciadas ontem pelo governo argentino no chamado “Plano Caputo” é a realização de leilões de dólares por parte do BCRA, que, nos últimos meses, perdeu cerca de US\$ 12,5 bilhões de suas reservas ao tentar impedir uma desvalorização maior do peso argentino. Somente no último mês, a moeda perdeu 40%.

Uma parte do crédito concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo total é de US\$ 50 bilhões, será usado pelo BCRA para operar no mercado cambial. A autoridade monetária fará, sempre ao fim do dia, uma oferta de dólares, a fim de assegurar a provisão de divisa nos bancos, de acordo com o jornal “La Nación”. DESAFIO É ‘FREAR A CRISE CAMBIAL’ Hoje, o governo enfrentará o vencimento de cerca de US\$ 18 milhões em letras do BCRA, as chamadas Lebacs. Segundo a imprensa local, Caputo negociou um acordo com bancos que têm Lebacs para trocar os papéis por novos bônus, com vencimento de um e dois anos.

O grande temor da Casa Rosada é que a disparada do dólar provoque um aumento da inflação acima do esperado. Analistas argentinos estimam para este ano um índice entre 27% e 30%, bem acima do que estava projetado no começo do ano.

O novo ministro da Produção, Dante Sica, que assumiu o cargo no último fim de semana, considera que o desafio do governo Macri agora é “frear a crise cambial e conseguir que os preços se normalizem”.

— Quando o dólar encontrar seu valor, isso vai dar tranquilidade ao mercado. Temos de dar sinais claros para que a economia recupere o caminho do crescimento — afirmou Sica, fundador da empresa de consultoria Abeceb.

Para o economista, “o mercado interno está deprimido e numa situação de instabilidade”:

— Nossa prioridade é conter o dólar e regularizar os preços — afirmou.

O BCRA também vai elevar os depósitos compulsórios dos bancos — os recursos que as instituições têm de manter parados, sem emprestar. O objetivo é reduzir a circulação de pesos e, conseqüentemente, a demanda por dólares. O antecessor de Caputo, Federico Sturzenegger, havia zerado os compulsórios.

Segundo o jornal “La Nación”, o aumento seria de três pontos percentuais este mês e de mais dois pontos em julho. Cada ponto de alta retira do mercado em torno de 25 bilhões de pesos. Ou seja, seriam menos 75 bilhões de pesos este mês e outros 50 bilhões em julho.

Mercosul busca aproximação com outros blocos

DCI - 19/06/2018

Preocupados com a demora da conclusão do acordo comercial com a União Europeia, os líderes do Mercosul se reuniram ontem (18), no Paraguai, para discutir a possível aproximação com outros blocos comerciais. Em discurso, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, criticou a demora nas negociações com a União Europeia, cuja última rodada de conversas terminou em progresso limitado. “Não estamos dispostos a perder tempo em negociações eternas. Também não estamos dispostos a assinar um ‘acordinho’”, disse.